

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Leonardo Gonçalves Antunes

**Caracterização da evolução do desenvolvimento socioeconômico do município
de Joinville durante o período de 2000 a 2019**

Florianópolis
2020

Leonardo Gonçalves Antunes

Caracterização da evolução do desenvolvimento socioeconômico do município de Joinville durante o período de 2000 a 2019

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Carvalho Júnior

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gonçalves Antunes, Leonardo

Caracterização da evolução do desenvolvimento socioeconômico do município de Joinville durante o período de 2000 a 2019 / Leonardo Gonçalves Antunes ; orientador, Luiz Carlos Carvalho Júnior, 2020.

71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Joinville. 3. Economia. 4.
Desenvolvimento Econômico . I. Carlos Carvalho Júnior, Luiz. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências
Econômicas. III. Título.

Leonardo Gonçalves Antunes

**Caracterização da evolução do desenvolvimento socioeconômico do município
de Joinville durante o período de 2000 a 2019**

Florianópolis, 23 de novembro de 2020.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Liana Bohn, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Helberte João França Almeida, Dr.
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de
Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia
por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Luiz Carlos Carvalho Júnior, Dr.
Orientador(a)

Florianópolis, 2020

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à Universidade Federal de Santa Catarina, aos professores do curso de Ciências Econômicas por proporcionarem ao curso uma formação diferenciada dos demais, principalmente ao Professor Luiz Carlos Carvalho Junior, que aceitou ser meu orientador durante esse percurso.

Agradeço imensamente minha família, em especial meus pais, irmã e meus cachorros, que foram meu alicerce durante toda a minha jornada até esse momento. Em especial, agradeço minha namorada, que me apoiou e me ajudou durante todo esse processo.

RESUMO

Santa Catarina é um dos três estados da região Sul do Brasil, e apresenta grande diversificação econômica e geográfica, gerando o desenvolvimento de inúmeras atividades, da agricultura ao turismo. Ao norte do estado, onde se observa o polo tecnológico, moveleiro e metalmeccânico, está localizada Joinville. O município apresenta o maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, se destacando nos setores plástico, têxtil, madeireiro e principalmente de tecnologia e metalmeccânico. Sendo assim, um dos mais importantes de Santa Catarina. A partir dessa contextualização, o presente trabalho tem como objetivo verificar as alterações na estrutura produtiva de Joinville entre os anos 2000 a 2019. Além disso, através de pesquisas bibliográficas, documentais, descritivas e qualitativas são apresentados dados detalhados relacionados à economia, saúde e educação. Através da análise dos setores da economia, se observou que, o setor de serviço de Joinville apresentou a mesma tendência de crescimento que o brasileiro. Já as análises em relação à educação e saúde mostraram que ambas as áreas evoluíram consideravelmente durante o período analisado, incluindo crescimento acentuado do Índice Geral de Desenvolvimento Humano (IDH) Geral (que se tornou o 4º maior do estado e 21º do país). Com base nos dados apresentados, foi possível perceber que Joinville possui papel fundamental no crescimento do estado e dos municípios de sua microrregião. Isso se dá pelo fato de possuir grande população, renomado setor industrial, e altos valores econômicos, de saúde e educação. Essa combinação de fatores faz com que o município de Joinville se torne um dos lugares mais atrativos do Brasil.

Palavras-chave: Joinville. Economia. Santa Catarina.

ABSTRACT

Santa Catarina is one of the three states of the South region of Brazil, and presents great economic and geographic diversification, generating the development of innumerable activities, from agriculture to tourism. North of the state, where are observed the technological, furniture and metal-mechanical poles, is located Joinville. The municipality has the largest Gross Domestic Product (GDP) in the state, standing out in the plastic, textile, wood and mainly technology and metal-mechanical sectors. Therefore, one of the most important in Santa Catarina. Based on this contextualization, this work aims to verify the changes in the productive structure of Joinville between 2000 and 2017. In addition, through bibliographic, documentary, descriptive and qualitative research, detailed data related to economics, health and education are presented. Through the analysis of the economy sectors, it was observed that the Joinville service sector presented the same growth trend as the Brazilian one. The analysis in relation to education and health showed that both areas evolved considerably during the analyzed period, including marked growth of the General Human Development Index General (HDI) (which became the 4th largest in the state and 21st in the country). Based on the data presented, it was possible to perceive that Joinville has a fundamental role in the growth of the state and the cities of its micro-region. This is due to its large population, renowned industrial sector, and high economic, health and education values. This combination of factors makes Joinville one of the most attractive cities in Brazil.

Keywords: Joinville. Economy. Santa Catarina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Expansão Demográfica do Município de Joinville entre os anos de 1851 até 2016.	35
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empresas criadas pelo Grupo Tupy entre os anos de 1970 a 1990.....	32
Tabela 2 - Evolução da população do município de Joinville entre 1851 a 1991.	34
Tabela 3 - Evolução da População do município de Joinville entre os períodos de 2000 a 2019.	36
Tabela 4 – População e taxa de crescimento da população dos municípios da microrregião de Joinville entre 2000 e 2018.....	37
Tabela 5 - Evolução do Produto Interno Bruto do Brasil, Santa Catarina e Joinville entre os anos de 2002 a 2017 em mil reais a preços reais de dezembro de 2017. ..	39
Tabela 6 - Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto entre 2002 e 2017 dos municípios da Microrregião de Joinville e seus respectivos Produto Interno Bruto de 2002 e 2018 a preços reais de dezembro de 2017.	40
Tabela 7 - Participação dos municípios no Produto Interno Bruno da microrregião de Joinville no período entre 2003 a 2017(em %).	41
Tabela 8 - Evolução da participação a Agropecuária, Indústria e Serviço no Valor Adicionado Bruto no município de Joinville no período de 2002 a 2017.	42
Tabela 9 - Evolução da participação de Joinville no Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, Indústria e Serviço de Santa Catarina e a Região Sul no período de 2002 a 2017 (em %).....	43
Tabela 10 – Evolução do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, Indústria e Serviço no município de Joinville suas variações anuais entre os anos de 2003 a 2017 a preços reais de dezembro de 2017.....	44
Tabela 11 - Evolução da Agropecuária, Indústria e Serviço no Valor Agregador Bruto por setor no Brasil a preços reais de dezembro de 2017.	45
Tabela 12 - Classe no CNAE e suas classificações para atividades.....	46
Tabela 13 - Evolução no número de unidades produtivas dos setores industriais e serviço em Joinville durante o período de 2006 a 2017.	47
Tabela 14 - Evolução do Pessoal Ocupado e Salários (mil reais) nos setores industrial e serviço de Joinville no período de 2006 a 2017 preços reais de dezembro de 2017.	49
Tabela 15 - Evolução do salário médio real de Joinville no período de 2006 a 2017.	50

Tabela 16 – Evolução do Produto Interno Bruto per capita no Brasil, Santa Catarina e Joinville entre os anos de 2002 a 2017 (em R\$) a preços reais de dezembro de 2017.	51
Tabela 17 - Evolução das taxas de alfabetizados por faixa etária em Joinville no período de 1991 a 2010 (em %).....	52
Tabela 18 - Evolução das taxas de analfabetismo em Joinville e Santa Catarina no período de 1991 a 2010	52
Tabela 19 - Proporção e evolução da população no município de Joinville entre os anos de 1991 a 2010 por nível de escolaridade.....	53
Tabela 20 - Evolução do Índice Desenvolvimento da Educação Básica em Joinville e Santa Catarina na Rede Pública entre os anos de 2005 a 2017.....	54
Tabela 21 - Evolução no número de matrículas na Educação Básica em Joinville entre os anos de 2007 a 2017.....	55
Tabela 22 - Evolução no número de Docentes na Educação Básica em Joinville entre os anos de 2007 a 2017.....	56
Tabela 23 - Evolução no número de Instituições e Turmas da Educação Básica em Joinville entre os anos de 2007 a 2017.....	57
Tabela 24 - Evolução da quantidade de profissionais que atuam na área da saúde pública municipal em Joinville entre anos de 2011 a 2018.	58
Tabela 25 - Evolução da despesa total com Saúde sob a responsabilidade do Município, por habitante em Santa Catarina e Joinville entre 2000 a 2017 a preços reais de dezembro de 2017 (R\$/habitante).....	60
Tabela 26 – Evolução da participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012 e participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde em Joinville e Santa Catarina entre os anos de 2000 a 2019.....	61
Tabela 27 - Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano.....	62
Tabela 28 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Joinville nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	63
Tabela 29 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do estado de Santa Catarina e sua posição no Ranking Nacional anos de 1991, 2000 e 2010.	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIJ	A associação Comercial e Industrial de Joinville
BCB	Banco Central do Brasil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
DEE	Departamento de Economia e Estatística
DEED	Diretoria de Estatísticas Educacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
PIB	Produto Interno Bruto
PIB <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
PVC	Policloreto de Vinila
SEPLAG/RS	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SES	Secretaria de Saúde
SESC	Serviço Social do Comércio
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 METODOLOGIA	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO	17
2.2 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	18
2.3 ABORDAGEM TEÓRICA	19
2.3.1 Economistas Clássicos	19
2.3.2 Abordagem Neoclássica	21
2.3.3 Teoria Evolucionária de Schumpeter	22
2.3.4 A visão Keynesiana sobre a atuação do Estado na economia	23
2.3.5 Teoria dos encadeamentos e do grande impulso	24
2.3.6 Os polos de crescimento de Perroux	25
3. HISTÓRIA DE JOINVILLE	27
3.1 O SURGIMENTO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA	27
3.2 INÍCIO DO PROCESSO INDUSTRIAL	28
4.1 POPULAÇÃO/ EXPANSÃO DEMOGRÁFICA	33
4.2 ECONOMIA	38
4.2.1 Produto Interno Bruto (PIB)	38
4.2.2 Valor Adicionado Bruto (VAB)	41
4.2.3 Emprego e Remuneração	45
4.3 EDUCAÇÃO	51
4.4 SAÚDE	57

4.5 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO	62
4.5.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH)	62
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

Santa Catarina é um dos três estados da região Sul do Brasil, sendo Florianópolis sua capital. Junto com o Espírito Santo, são os únicos estados cuja capital não é o município mais populoso. Ocupa a vigésima posição em relação à área territorial e décimo de população do Brasil. Entretanto, apresenta valores significativos nos indicadores sociais e econômicos do país. O maior destaque do estado são os fatores relacionados ao desenvolvimento econômico (IBGE, 2019).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sempre se manteve entre os melhores do Brasil e em 2017 foi o terceiro melhor estado. No mesmo ano a taxa de expectativa de vida em Santa Catarina era de 79,1 anos, melhor estado do Brasil. Outro fator que demonstra o quanto o estado dá atenção à sua população é no quesito educação, que apresenta 2,6% de taxa de analfabetismo, sendo a terceira melhor do país (IBGE, 2016; ATLAS BRASIL, 2017).

O Produto Interno Bruto (PIB) catarinense representava apenas 3,37% do PIB nacional em 2017, sendo o sétimo maior PIB do Brasil. Porém, o PIB *per capita* no mesmo ano era o quarto maior. O estado tem como característica uma grande diversificação econômica e geográfica, o que gera o desenvolvimento de inúmeras atividades, da agricultura ao turismo (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

A mesorregião da Grande Florianópolis, onde fica localizada a capital do estado, se destaca em setores como da tecnologia, turismo, serviços e construção civil. Sua participação no PIB catarinense é de 15,09%. O Planalto Serrano onde ficam localizados Lages e Curitiba tem como destaque a indústria de papel, celulose e de madeira. Além disso, possui participação de 4,95% do PIB Catarinense (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

O Sul Catarinense é conhecido pelos segmentos de vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico. Seus principais municípios são Criciúma, Araranguá e Tubarão, que representam juntos 11,19% do PIB do estado. No Oeste, estão localizados os municípios de Chapecó, Concórdia e Xanxerê. Essas, apresentam alta concentração de atividades relacionadas a produção alimentar e de móveis. A mesorregião do Oeste Catarinense possui a terceira maior participação no PIB do estado com 16,92% (IBGE, 2019).

A mesorregião com maior participação no PIB catarinense é a do Vale do Itajaí, com 29,94%, onde ficam os municípios de Blumenau e Itajaí. Além do turismo, indústria têxtil, os setores naval e de tecnologia são seus pontos fortes. Ao Norte do estado se observa o polo tecnológico, moveleiro e metalmeccânico. Nesta região se encontram os municípios de São Bento do Sul, Jaraguá do Sul e Joinville. A mesorregião do Norte Catarinense tem 21,91% do PIB do estado. (IBGE, 2019; SANTA CATARINA, 2020)

O município de Joinville apresenta o maior PIB do estado e consegue se destacar no setor plástico, têxtil, madeireiro, de tecnologia da informação e metalmeccânico, que é referência para o Brasil. Apesar de sua mesorregião não apresentar o maior valor econômico do estado, o município de Joinville possui valores econômicos importantíssimos para o desenvolvimento do estado, sendo assim, um dos mais importantes de Santa Catarina (JOINVILLE, 2018; SANTA CATARINA, 2020).

Sob a perspectiva dessa contextualização, se torna necessário aprofundar o entendimento acerca desse município, e compreender a situação e a evolução da estrutura produtiva de Joinville a partir do século XXI. Sendo assim, este trabalho aborda o desenvolvimento da estrutura do município de Joinville desde os anos 2000 até 2019. Além disso, apresenta dados detalhados das principais colunas que sustentam um município, economia, saúde e educação.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho podem ser divididos em Gerais Específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Caracterizar a evolução do desenvolvimento socioeconômico do município de Joinville durante o período de 2000 a 2019.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar as diferentes visões de desenvolvimento econômico na literatura
- b) Mostrar evolução histórica do município de Joinville
- c) Analisar a evolução socioeconômica do município de Joinville.

1.3 JUSTIFICATIVA

O município de Joinville, situado no nordeste catarinense, possui uma posição privilegiada, o que se tornou um dos fatores para seu crescimento. Sua história mostra antes mesmo de sua fundação, sua receptividade com seus novos integrantes. Isso pode ser observado desde a chegada do povo alemão, que fugiu da crise na Europa, até os dias atuais onde brasileiros de todas as partes do Brasil iniciam a vida em Joinville (TERNES,1986).

Com uma população de 590.466 habitantes, Joinville é o município mais populoso do estado catarinense, o terceiro na região sul e o trigésimo sétimo no Brasil. Além de mostrar um alto volume em sua população, também apresenta excelentes números no quesito econômico. Também possui o maior Produto Interno Bruto de Santa Catarina, terceiro maior na região Sul do Brasil, ficando atrás apenas das capitais Curitiba e Porto Alegre, e o vigésimo nono entre todos os municípios do Brasil (IBGE, 2017).

Os elevados números são consequências de suas atividades econômicas e sua hegemonia no setor secundário, se tornando assim, uma região extremamente atrativa para morar. Em 2019, em uma pesquisa divulgada pelo Ministério da Economia utilizando registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Joinville apresentou o sétimo melhor saldo de empregos do Brasil. Isto é, entre contratações e demissões, Joinville registrou um aumento de 6.656 vagas. Ficando atrás apenas dos municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Manaus e Barueri.

Esses fatores, em conjunto com alguns indicadores sociais e econômicos, como, Valor Adicionado Bruto, Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano, dados referentes à emprego, saúde e educação, são observados no núcleo da análise de uma estrutura produtiva de um município. Através deles pode-se

compreender com o passar do tempo a evolução e o comportamento da estrutura produtiva local.

1.4 METODOLOGIA

A pesquisa se torna relevante quando se buscam respostas aos problemas colocados em questão. Essa investigação nasce como forma de aumentar os conhecimentos sobre o tema. Logo, a metodologia demonstra a organização da pesquisa, os passos que serão seguidos, e quais métodos serão utilizados para chegar a uma resposta ao problema de pesquisa (GIL, 2002).

Para Gerhardt e Silveira, 2009, as pesquisas estão divididas em quatro formas: abordagem, natureza, objetivos e procedimentos. Na parte de abordagem são citadas as pesquisas quantitativas ou qualitativas. A natureza refere-se às pesquisas básicas ou aplicadas. A terceira forma, dos objetivos, menciona as pesquisas exploratórias, descritivas ou explicativas. E por último, o procedimento cita os tipos de pesquisa, como por exemplo, experimentais, bibliográficas, documentais e de campo.

No primeiro objetivo específico, referente à descrição da evolução da estrutura econômica do município de Joinville, é possível observar a forma de pesquisa descritiva. Esse estilo de apresentação descreve um grupo específico, no caso do presente trabalho, uma determinada região. Nesse objetivo também se observa o tipo de pesquisa qualitativa, que apesar de apresentar uma base de dados, tem como foco produzir informações e interpretá-las (DESLAURIERS, 1991, apud GERHARDT et al, 2009).

Quanto à natureza da pesquisa, se classifica como pesquisa aplicada, voltada à solução de problemas específicos. Quando se fala sobre os procedimentos utilizados, é possível observar dois tipos: bibliográficos e documentais. Esses dois estilos de pesquisas são similares, e as vezes difíceis de distinguir (FONSECA, 2002).

As pesquisas bibliográficas aparecem no objetivo referente às diferentes visões de desenvolvimento econômico. Nele foram utilizados levantamentos de teorias previamente analisadas. Enquanto isso, a pesquisa documental utiliza fontes já elaboradas, como tabelas estatísticas, relatórios, revistas e jornais. Esse estilo aparece tanto no objetivo de descrição e evolução da estrutura econômica, quanto no de mostrar a evolução histórica do município de Joinville (FONSECA, 2002).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO

Os economistas clássicos foram os primeiros a analisar de forma completa os termos de crescimento e desenvolvimento. O tema crescimento econômico emerge com Adam Smith, quando ele procura identificar os fatores da formação da riqueza nacional. Em seguida, muito outros autores, como Schumpeter, David Ricardo e Stuart Mill, também utilizaram esses dois termos como pilares em suas teorias econômicas (DALLABRIDA, 2010).

Desde as primeiras utilizações do termo desenvolvimento econômico, o seu conceito não existe em uma única definição. Dependendo o autor, local e do ano ao qual o texto está se referindo, esse significado pode sofrer grandes variações. A parte da economia ligada mais a teoria, considera sinônimos crescimento e desenvolvimento econômico. Entretanto, os economistas ligados a realidade empírica, entendem que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Os economistas mais teóricos utilizam modelos de crescimento neoclássico e modelos inspirados em Keynes (SOUZA, 2009).

Para os economistas que relacionam crescimento com desenvolvimento, utilizando como solução o acúmulo de capital, o crescimento está ligado à melhoria do padrão de vida e conseqüentemente ao desenvolvimento. Contudo, também existem pensadores econômicos que apresentam a ideia inversa, mostrando que nem sempre as conseqüências de uma expansão econômica ocasionam benefícios à sociedade como um todo. Isto é, quebrando a ideia que o crescimento e o desenvolvimento sempre estão diretamente relacionados (SOUZA, 2009).

Há fatores que podem atrapalhar essa relação, como os baixos salários, exportação dos excedentes e poucas pessoas com os lucros da economia. Para os economistas que não fazem essa correlação, o crescimento é identificado apenas como um aumento ou diminuição quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento do lado qualitativo, se refere ao modo de vida das pessoas (SOUZA, 2009).

Existe também o grupo que se enquadra na categoria de economistas estruturalistas. Eles defendem que o desenvolvimento econômico envolve alterações

nas estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com o aumento da produtividade e da renda da população. Essas transformações na economia, não ocorrem de um ano para outro (SOUZA, 2009).

Através dos pensadores estruturalistas, o desenvolvimento econômico é definido por um contínuo crescimento na economia, em ritmo superior ao crescimento demográfico. Envolvendo mudanças de estrutura e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Segundo eles, o desenvolvimento está atrelado à solidificação da economia em âmbito nacional, expansão do mercado, melhora na produtividade, ao bem-estar da população e à preservação do meio-ambiente. As consequências desse processo a longo prazo são a estabilidade, diversificação, aperfeiçoamento do processo tecnológico e a formação de capital (SOUZA, 2009).

Com o aumento da formação de capital, principalmente nos setores de mercado interno, ocorre um aumento dos salários e uma redução gradativa de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. O que deixa o sistema econômico mais dinâmico. Portanto, o crescimento econômico precisa superar o crescimento demográfico. O que irá expandir o nível de emprego e a arrecadação pública, deixando o Governo apenas na função de realizar gastos sociais, como educação e saúde. Sendo assim, a renda *per capita* aumenta a longo prazo, chegando à definição de desenvolvimento (SOUZA, 2009).

Quando se fala de renda, é necessário destrinchá-la para ver se o seu crescimento gera, ou não, o desenvolvimento da economia. Para a população, o aumento da renda não indica um retorno em termos de saúde e educação. Logo, uma definição mais completa de desenvolvimento econômico exige uma análise mais abrangente dos indicadores, como renda *per capita*, alimentação, atendimento médico e odontológico, educação, segurança e qualidade do meio ambiente (SOUZA, 2009).

2.2 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os indicadores de desenvolvimento econômico são as variáveis que estruturam a economia, eles têm um papel fundamental para mensurar a situação de um local. Identificando e conseguindo interpretá-los, é possível construir política específicas para obter ganhos em áreas estratégicas da economia.

Em grande parte dos estudos que analisam a evolução de um local, se observam apenas a parte do crescimento econômico, e nesses estudos são

analisados indicadores ligados a questões unicamente econômica, como PIB e renda per capita. Entretanto, quando se fala sobre desenvolvimento econômico, é possível observar também, os indicadores sociais, como saúde e educação (SIEDENBERG, 2003).

Os indicadores ligados a saúde são os dados referentes à profissionais e espaços físicos relacionados à saúde. Também é possível citar os valores de expectativa média de vida ao nascer e índices de mortalidade. A questão de conhecimento e instrução referentes à nutrição, também são indicadores importantes. Ter alimentação suficiente é premissa para a saúde, para o desenvolvimento físico e mental (SIEDENBERG, 2003).

Os principais indicadores relacionados à educação são valores referentes ao nível de analfabetismo, índices de escolarização, quantidade de profissionais e escolas. Outros fatores importantes estão relacionados à população e ao ambiente. Dados como de acesso à água potável e instalações sanitárias para população também são variáveis importantes (SIEDENBERG, 2003).

2.3 ABORDAGEM TEÓRICA

2.3.1 Economistas Clássicos

Analisar o modo em que a sociedade vive, não é exatamente uma preocupação dos tempos recentes. Na origem da economia, com os fisiocratas e depois com os economistas clássicos, os conceitos de crescimento e desenvolvimento já eram utilizados (DALLABRIDA, 2010).

Quando Adam Smith, escreveu em 1776 “A Riqueza das Nações”, tinha como objetivo observar o crescimento econômico nacional. Em sua teoria, a riqueza das nações está relacionada ao lucro. Enquanto for positivo, haverá ampliação dos mercados e da divisão do trabalho, gerando poupanças que se transformam em investimentos, aumentando os rendimentos crescentes (DALLABRIDA, 2010).

Outro autor clássico contemporâneo ao Smith, o londrino David Ricardo, optou em direcionar seus estudos ao modo de distribuição da riqueza. Para ele, o crescimento econômico estava relacionado diretamente à agricultura, que não era apta a gerar alimentos acessíveis para as classes dos trabalhadores. O que acabava

acarretando num aumento geral da cadeia produtiva, desde pagamento de salários até o valor final do produto (DALLABRIDA, 2010).

A estagnação da economia, ou estado estacionário, na visão dos economistas clássicos era umas das grandes preocupações. Com a economia chegando nesse patamar, não existiria acumulação de capital e o crescimento seria nulo. Com um pensamento diferente, porém, também considerado um economista clássico, John Stuart Mill observava o estado estacionário de maneira distinta de seus companheiros. Mill analisava o estado estacionário como um instante próspero para economia, defendendo que a evolução do progresso técnico deveria ser maior que o crescimento demográfico. Diferentemente de Ricardo e Malthus, que alegavam a necessidade do controle do aumento populacional, devido ao fato de que a produção de alimentos não seria suficiente para todos os indivíduos (DALLABRIDA, 2010).

O estado estacionário para Mill seria algo bom para economia, pois o bem-estar social estaria no máximo. Diferente dos outros economistas clássicos que explicam esse momento como um ponto onde o nível de vida não estivesse alto e a miséria ainda fosse existente. Mill também concorda que a acumulação de capital ficaria estagnada, porém, o ser humano deixaria de pensar na situação econômica e começaria a se preocupar com o lazer. O tempo gasto com lazer aumentaria, pois, a evolução tecnológica diminuiria a mão de obra pesada, reduzindo o tempo de produção. Ele também distingue as preocupações dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nos países avançados o crescimento não seria prioridade, e sim a distribuição. Já nos países menos desenvolvidos o foco seria o aumento da produção (DALLABRIDA, 2010).

O último autor clássico que será analisado é Thomas Robert Malthus. Seus estudos foram baseados em variações da população. Segundo Malthus, a população crescia em progressão geométrica e os alimentos gerados em progressão aritmética. Malthus cita sobre o que restringe o crescimento da população, que é o aumento da mortalidade e o modo de vida que o indivíduo vive. Para ele, qualquer variação positiva do padrão de vida seria algo temporário, pois essa variação aumentaria o nível populacional, impedindo uma melhora econômica (DALLABRIDA, 2010).

2.3.2 Abordagem Neoclássica

Com base na apresentação dos economistas clássicos, foi possível notar que suas análises eram baseadas em teorias a curto prazo. Enfatizando problemas de mercado, alocação de recursos e eficiência microeconômica da produção. Enquanto isso, os neoclássicos ganharam visibilidade, concentrando suas ideias no tempo mais prolongado. Alfred Marshall, como todo economista neoclássico, era otimista em relação ao estado estacionário, utilizando a capacidade do homem e da tecnologia em suas ideias de crescimento (DALLABRIDA, 2010).

Em sua teoria, Marshall salienta a importância das economias externas para a evolução econômica. Fatores como desenvolvimento industrial e divisão do trabalho são condutores para as economias de escalas, e conseqüentemente, para o aumento das economias externas. Marshall também cita as economias internas, porém, elas dependem apenas de fatores administrativos da empresa e alocações de seus recursos. Para ele, as economias externas têm maior relevância (DALLABRIDA, 2010).

Sua obra conclui que a concentração de indústrias permite diminuir os custos de transporte de insumos, a formação de mercado de trabalho especializado, e a troca de informações dos investidores. Com isso, poderiam almejar melhores infraestruturas através de parcerias privadas e públicas. Entretanto, a concentração de empresas pode trazer resultados reversos, como o aumento dos valores dos salários e das propriedades, devido à alta concorrência (DALLABRIDA, 2010).

Marshall começou a utilizar o conceito de “distrito industrial”, que faz referência aos aglomerados de empresas especializadas no mesmo ramo, com atividades de divisão de trabalho entre pequenos produtores e que são baseadas em laços de solidariedade. No entanto, esse conceito não abrange apenas a questão econômica, atingindo também questões socioculturais locais. Esse modo de análise de forma geral e não apenas voltado para as questões econômicas, gera uma expressão também citada por ele, conhecida como “atmosfera industrial”. Essa expressão se refere ao meio ambiente favorável no meio industrial (DALLABRIDA, 2010).

Diferente das teorias da época, em que o próprio Marshall contribuiu para suas criações, se observou que em certas localidades encontravam-se aglomerados de pequenas empresas, com boa competitividade, e não se detectaram tendências de concentração. Marshall constatou que as relações comerciais e de cooperação eram

muito mais significativas em regiões onde predominavam grandes indústrias (DALLABRIDA, 2010).

Outra contribuição foi referente aos fatores não econômicos que auxiliaram no desenvolvimento, como por exemplo, o modo de agir das leis e instituições, grau de urbanização, preocupação com a propensão a poupar no presente, investimentos no grau de educação geral e técnica, e importância da organização interna das empresas no processo de crescimento individual e coletivo (DALLABRIDA, 2010).

2.3.3 Teoria Evolucionária de Schumpeter

O economista austríaco Joseph Schumpeter, obtinha ideias semelhantes aos clássicos, utilizando a variação da oferta para explicar o fenômeno do crescimento. O núcleo da ideia de Schumpeter era a inovação, que tinha o empresário como início desse processo produtivo. O conceito de inovação em suas teorias estava relacionado a desenvolver novas técnicas, novos produtos ou novas formas de organização, essa ação proporcionou novas demandas (DALLABRIDA, 2010).

Essa inserção de novos produtos ou serviços no mercado ocasionou exclusões de empresas que não estavam adaptadas às novidades, e essa substituição de indústrias no mercado causou uma nova mudança nas estruturas das características do processo de desenvolvimento. O resultado das inovações bem-sucedidas, gerou lucros que estimularam a criação de mais inovações. Para iniciar esse processo criativo, foi necessário ter condições financeiras para tal investimento (DALLABRIDA, 2010).

Por isso, Schumpeter enfatiza o papel do crédito junto ao sistema financeiro. Para ele, o desenvolvimento está ligado ao avanço da tecnologia, existência de instituições eficientes e o espírito empreendedor do empresário. O conceito de desenvolvimento econômico está ligado a uma mudança espontânea e descontínua dos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio. O que altera e desloca para sempre o estado de estabilidade anterior da economia (DALLABRIDA, 2010).

Ao instante em que os economistas utilizam a expressão “desenvolvimento econômico”, isso traz a ideia de evolução, junto às melhorias quantitativas. O evolucionismo citado por Schumpeter no conceito de desenvolvimento, transcende os fatores sociais e históricos, e está associado ao evolucionismo darwiniano. As crenças

dos conhecimentos e o modo de viver, estão ligados às manifestações de evolução social (DALLABRIDA, 2010).

Não foi apenas Schumpeter que destacou o meio sociocultural com uma variável importante. Para Adam Smith, era uma variável exógena, que influenciava os valores econômicos. Enquanto isso, para Marx, a ação social era determinada pela motivação econômica (DALLABRIDA, 2010).

A sociedade adquiriu uma característica evolucionária, pois a partir do momento em que as instituições sofrem alterações, os indivíduos procuram se adaptar. Essa adaptação refletiu as leis da evolução e da seleção natural (DALLABRIDA, 2010).

Em suas teorias, Schumpeter adiciona a parte de inovação às ideias dos teóricos evolucionistas. As instituições que não se adaptam ao novo cenário, não se mantêm, isto é, as empresas precisam se transformar para não serem extintas. Assim, instituições estáveis e modernas, favorecem o desenvolvimento (DALLABRIDA, 2010).

A classe empresarial inovadora apresenta o motor do desenvolvimento, chamado por Schumpeter como “destruição criadora”. Essa destruição está relacionada a “seleção natural”. Observando a longo prazo, o sistema econômico possuiria características evolucionárias (DALLABRIDA, 2010).

2.3.4 A visão Keynesiana sobre a atuação do Estado na economia

O inglês John Maynard Keynes, através de suas obras após a crise de 1930, também questionou as ideias dos economistas clássicos. A partir do investimento e suas consequências na renda e no emprego, ele demonstrou como a economia alcançava o pleno emprego. Keynes argumentava que era necessária a intervenção do Estado na economia, pelo fato do sistema capitalista não ser autossuficiente no quesito geração de emprego (DALLABRIDA, 2010).

Para Keynes, a ineficiência do sistema está relacionada a incerteza e ao risco a longo prazo, não obtendo assim um retorno de investimento suficiente, e uma propensão ao consumo necessária. Quanto mais direcionadas às políticas do governo que favorecem a eficiência, a incerteza e o risco diminuiriam, e conseqüentemente os investimentos presentes aumentariam (DALLABRIDA, 2010).

As teorias keynesianas não analisaram a economia a longo prazo. Essa continuação foi realizada por economistas conhecidos como pós-keynesianos. A ideia sobre o investimento é que ele necessita crescer a uma taxa constante ao longo do tempo. Para alcançar o pleno emprego, a taxa precisa se igualar à capacidade de poupar e a relação capital. Entretanto, alguns fatores dificultam o objetivo do pleno emprego, como por exemplo, o aumento dos gastos do governo e da exportação, a maior disponibilidade de crédito e o financiamento externo (DALLABRIDA, 2010).

O economista polonês Michal Kalecki, também seguiu a ideia de financiamento do desenvolvimento. A variável investimento é dependente de alguns fatores, como por exemplo, consumo dos capitalistas, gastos do governo e exportação, que estão ligados ao investimento no passado. Ou seja, o investimento é fundamental para o desenvolvimento da economia (DALLABRIDA, 2010).

A intensidade com que o Estado deve atuar sobre a economia é um tema questionado até hoje. O indiano Joseph Stiglitz, economista neokeynesiano, argumenta que o Estado precisa estar envolvido em várias ramificações da sociedade. Keynes apresentou ideias semelhantes, onde a economia necessitava da ajuda do Estado. O objetivo dessa intervenção não foi criar concorrência entre a iniciativa pública e privada, porém não era visto com bons olhos pelo setor privado. O papel do Estado era buscar uma maior eficiência na sociedade como um todo (DALLABRIDA, 2010).

2.3.5 Teoria dos encadeamentos e do grande impulso

O economista alemão Albert Hirschman no século XX, conceituou o encadeamento para frente e para trás, termo nomeado como linkagem. Hirschman partiu da ideia de que a evolução econômica não acontece de forma simultânea em vários locais. Quando iniciado em uma certa região, esse crescimento se alastra as localidades próximas (DALLABRIDA, 2010).

Para o processo de crescimento ocorrer, é necessário ter uma estratégia para acontecer de forma equilibrada. Quando realizada de maneira rápida, existe a possibilidade de excesso de migração podendo ocasionar em um problema social, como aumento da marginalidade urbana. Todavia, antes de alcançar o sucesso dessa estratégia muitas dificuldades são encontradas, como localizar empresários dispostos a investir e assumir tal risco (DALLABRIDA, 2010).

Outro problema encontrado, é na criação do mercado interno. A estratégia de desenvolvimento diversificado não dispõe de grande atenção aos empreendimentos específicos, como o de exportação. Entretanto, Hirschman, destacou que os princípios fundamentais do desenvolvimento territorial eram a revelação dos recursos escondidos. Para que ocorra o desenvolvimento econômico, não se realizam ações com o objetivo de encontrar combinações eficientes de produção, mas sim, com o objetivo de mapear e encontrar recursos e capacidades escondidas, dispersas ou mal utilizadas (DALLABRIDA, 2010).

Hirschman também argumentava sobre os processos de evolução econômica em países subdesenvolvidos. Sua teoria defende a utilização de indústrias com forte encadeamentos para frente e para trás como locomotivas para alcançar o desenvolvimento. No processo de linkagem, o conceito para frente está ligado ao desenvolvimento de novas atividades e, para trás refere-se a enviar estímulos aos setores que fornecem insumos. A fonte de desenvolvimento seria de origem em indústrias com poder de encadeamento, principalmente para trás, e o aumento da industrialização nos principais setores puxaria o restante da economia (DALLABRIDA, 2010).

Com semelhanças à teoria de Hirschman, o polonês Paul Rosenstein-Rodan, acreditava na necessidade de um grande empurrão no desenvolvimento regional. Esse incentivo aconteceria em uma variedade de indústrias, gerando um grande empurrão (*big push*), onde os trabalhadores seriam capazes de gerar um mercado para novos produtos. Apesar das semelhanças entre as teorias, Hirschman era contra o *big push*, uma vez que não acreditava em soluções simultâneas (DALLABRIDA, 2010).

2.3.6 Os polos de crescimento de Perroux

Com o aumento dos estudos das economias locais originaram-se várias teorias referentes ao crescimento em polos. Outra consequência dessa nova abertura de estudo, foi política de desenvolvimento econômico focado em determinadas regiões. O francês François Perroux propôs no século XX, a teoria dos pólos econômicos, onde o crescimento é focado em uma determinada localização. Isso acontece de forma desequilibrada, e a eficiência técnica é fundamental. Sua teoria é

o equilíbrio entre as teorias de Hirschman e Rosenstein-Rodan anteriormente apresentadas (DALLABRIDA, 2010).

Perroux se baseou nas teorias de Schumpeter, onde a inovação é o centro da dinâmica do crescimento econômico, e inclui a ideia de que o crescimento não aparece em toda parte, apenas em pontos ou polos industriais (DINIZ, 2000). A concentração causada pela intensidade das atividades econômicas, gera uma necessidade de aquisição de novos produtos e serviços para atender os seus moradores. Esse novo padrão de consumo dos habitantes da região determinava o surgimento do polo industrial complexo (PIRES, 1998).

Para Perroux a indústria motriz tem papel fundamental na produção das economias externas. Segundo ele, é indispensável que elas consigam impactar a região com suas decisões. Elas também precisam ter um crescimento superior à média local e devem conter uma indústria motriz forte em interdependência técnica, ou linkagens com diversificação, criando um complexo industrial (DALLABRIDA, 2010).

Os polos surgem próximos à relevantes aglomerações urbanas e rurais, fontes de matérias-primas ou em passagens de fluxos comerciais. Quando existem indústrias geograficamente próximas e com similaridade em suas atividades e insumos, podem denominar um complexo industrial. Esse complexo forma um polo de crescimento quando liderados por indústrias motrizes. Os polos de crescimento podem se tornar um polo de desenvolvimento quando forem capazes de alterar estruturas locais e aumentar a produção e o número de emprego (DALLABRIDA, 2010).

3. HISTÓRIA DE JOINVILLE

Na evolução de um município é possível ver marcos fundamentais para a consolidação do crescimento econômico e social. Em Joinville pode-se observar esses marcos através da imigração na região, aparecimento do comércio, importância da erva-mate para industrialização, sociedade industrial catarinense, as transformações com as grandes guerras mundiais e a expansão das indústrias no Brasil (TERNES, 1984).

3.1 O SURGIMENTO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA

Em 1843 com o casamento da princesa Francisca Carolina, filha de Dom Pedro I, com príncipe de Joinville, Francisco d'Orléans, foram recebidos dotes localizados a nordeste da Província de Santa Catarina, às margens do Rio Cachoeira. Quando o rei Luís Filipe I da França, pai de Francisco d'Orléans, foi destronado em 1848, os deixando em grandes apertos financeiros, o príncipe de Joinville decidiu negociar as terras que havia recebido como dote com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (TERNES, 1984).

Devido à crise na Europa no século 19, o processo migratório se tornou algo inevitável. Para auxiliar seu povo, o governo da Alemanha criou a Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães do Sul do Brasil, com a finalidade de ajudar as famílias a se instalarem em terra brasileiras. A Sociedade Colonizadora de Hamburgo, a quem pertencia a terra que futuramente iria ser chamada de Joinville, planejava iniciar uma colônia agrícola no Sul do Brasil. A localização das terras que haviam sido adquiridas do príncipe de Joinville era privilegiada, pois havia como escoar sua produção pelo porto de São Francisco do Sul, além de possuir solo rico para o desenvolvimento agrícola (TERNES, 1984).

No dia 9 de março de 1851 foi fundada a Colônia Dona Francisca. Contudo, no ano seguinte em homenagem ao Francisco d'Orléans, foi nomeada Joinville. No ano de fundação a cidade recebeu cerca de 100 imigrantes. Nos anos seguintes, com o fácil acesso pelo porto de São Francisco do Sul, o número de imigrantes foi aumentando de maneira considerável, sendo uma boa parte imigrantes de origem teuta, povo originário da costa da Alemanha. A Sociedade Colonizadora de Hamburgo investiu grandes recursos nos primeiros anos, como auxílio financeiro, instalações nas

moradias, construções importantes e contratações de professores e médicos (TERNES, 1984).

Aos poucos os imigrantes começaram a se organizar para se sustentar. Com o passar do tempo foi se criando um excedente nas produções, e surgiram os centros de trocas. Em 1862 já era possível encontrar carpintarias, sapateiros, torneiros, fábricas de guarda-chuva, fábricas de charutos, olarias e estaleiros. Apesar disso, os engenhos de mandioca e açúcar existiam em quantidades maiores, pois eram de grande importância tanto para consumo interno, como para exportação para o porto (TERNES, 1984).

Com a chegada de novos imigrantes a colônia se desenvolveu em ritmo bem acelerado. Em 1862, cerca de 5000 pessoas já residiam em Joinville, a maioria dedicada à atividade agrícola. Com esse crescimento, as décadas seguintes foram essenciais para evolução de uma cidade agrícola para inserção no meio industrial. As primeiras indústrias foram fundadas a partir de 1880 (ROCHA, 1997).

3.2 INÍCIO DO PROCESSO INDUSTRIAL

Em 1865, vindo do planalto pela Estrada de Ferro, chega em Joinville o primeiro carregamento de erva-mate. A industrialização da erva-mate foi um grande marco na história joinvilense. Seu transporte ainda era considerado complexo pela Estrada da Serra, entretanto, seria facilitado com a construção da Estrada Dona Francisca, que ligaria os municípios de Campo Alegre e Maфра até o porto de São Francisco do Sul, com passagem em Joinville (TERNES, 1984).

No final do século XIX apareceram as primeiras empresas relacionadas ao ramo, iniciando atividades exportadoras e comerciais; gerando uma atividade econômica que alavancou a região. No ano de 1868, os estabelecimentos em Joinville já apresentavam maior quantidade e variedade comparada aos primeiros anos da colônia. A população nesse período já era de 5.237 pessoas (TERNES, 1984).

É possível observar algumas similaridades entre o início do processo de industrialização do Brasil e de Joinville. A substituição dos produtos do exterior gerou o aperfeiçoamento de produtos artesanais, fundições e oficinas mecânicas, que atendiam a demanda local (TERNES, 1986).

As primeiras indústrias foram relacionadas ao açúcar, cachaça, farinha de mandioca e de milho, serrarias e olarias. Em 1874 a população alcançou o número de

7.860 residentes, e cinco anos depois, quase 17 mil pessoas estavam morando na colônia. Já era possível encontrar fábricas voltadas a alimentos como açúcar, erva-mate e arroz, além de indústrias de móveis e carroções (TERNES, 1993).

No final do ano de 1881, chegou à Joinville Carl Gottlieb Dohler, um imigrante que abriu a primeira fábrica de tecidos. Dez anos após seu início, surgiu a “Sociedade Industrial Catharinense”. Eles tinham grande influência nas atividades joinvilense e poderes políticos (TERNES, 1984).

O século XX foi essencial para evolução econômica joinvilense. O ano de 1906 ficou marcado pela chegada da energia elétrica e pelo desmembramento da Sociedade Industrial Catharinense. Apesar disso, várias empresas se iniciaram na região durante esse período. Entretanto, o mundo estava passando por grandes reviravoltas e a primeira grande guerra mundial forçou um desenvolvimento produtivo de todo Brasil (TERNES, 1984).

Durante a Primeira Guerra Mundial, os setores ligados às indústrias têxtil e alimentícia foram beneficiados no Brasil, acarretando melhorias nas indústrias metal mecânica joinvilense, suprimindo a demanda de equipamentos. A alteração dos mercados causada pelo novo cenário industrial, e as mudanças dos produtos de importação e exportação, reduziu a participação de bens primários e aumentou a de bens industrializados (MAMIGONIAN, 1965). Em Joinville o setor metal mecânico foi o grande beneficiado no período. A industrialização ficou caracterizada pela diversificação e formação de um parque fabril, que inicialmente supria a demanda local e se consolidou em nível regional (ROCHA, 1997).

A Segunda Guerra Mundial solidificou ainda mais a economia joinvilense. Devido ao isolamento do Brasil com o mercado europeu durante esse período, foram necessários investimentos em novas indústrias e produções que ainda não estavam estabelecidas internamente. Novamente, a guerra levou ao crescimento das indústrias, através da substituição das importações e pelo aumento das necessidades do mercado externo. Com a estrutura industrial já solidificada, devido a guerra anterior, conseguiu atender tanto o mercado interno quanto o externo (FICKER, 1965).

Durante o processo de queda na importação, que ocorreu entre as décadas de 40 e 70, era necessária a inclusão de bens intermediários, de consumo duráveis e bens de capital na produção interna. Por conta disso, houve o crescimento do mercado interno, causando o surgimento de novas empresas. Além do setor metalmeccânico, os setores químico e plástico também se beneficiaram (ROCHA, 1997).

A Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), surge em 1911 em um momento ímpar na cidade. A ACIJ durante seus anos de existência passou por várias transformações acompanhando o desenvolvimento local e sendo responsável pelo destino do polo industrial, que anos mais tarde Joinville iria se transformar. Seu primeiro presidente foi Hermann August Lepper, comerciante local e político, que fundou em 1907 a Companhia Fabril Lepper. (TERNES, 1986).

Os motivos para criação da associação, foram questões políticas, e o debate relacionado aos impostos, que anualmente causavam crise nas indústrias locais. A ACIJ com a campanha de nacionalização em 1938, acabou sofrendo repreensões, e perdendo sua força. Em sua existência obteve inúmeras conquistas para a cidade, entre elas, melhorias em postos de saúde (contra o surto de febre amarela), no sistema de água e energia elétrica joinvilense, proteção aos trabalhadores, entre muitos outros benefícios (TERNES, 1984).

À medida que as indústrias se apoiaram durante a alta do desenvolvimento brasileiro, Joinville se beneficiava economicamente. O processo de industrialização resultou no crescimento populacional, aumentando a oferta de mão-de-obra local, e criando uma expansão da área urbana dos centros industriais. O movimento juscelinista, nesse período, auxiliou a impulsionar regiões como Joinville (TERNES, 1984).

As primeiras grandes empresas surgiram na primeira metade do século XX, como por exemplo, a Fundação Tupy em 1938, Companhia Hansen Industrial em 1941 e a Indústria de Refrigeração Consul em 1950. Com isso, também apareceram várias médias e pequenas empresas na região, que foram pilares para formação econômica joinvilense. Apesar do crescimento industrial, o setor comercial ainda possuía um papel de grande importância (TERNES, 1986).

Nos anos 50 já era nítida a forte industrialização na cidade. As indústrias nasceram em decorrência da acumulação de capital no ciclo da erva-mate, extração da madeira e da experiência trazida pelos imigrantes da região. Em 1951, Joinville já possuía 325 empresas industriais, 534 estabelecimentos comerciais e 440 oficinas. Apesar do crescimento do setor metalmeccânico, Joinville também obtinha uma qualificada produção têxtil (TERNES, 1993).

Após 1950, o desenvolvimento industrial em Joinville, ainda continuou apresentando evolução acima da média nacional. Dois ramos específicos, o setor metalmeccânico e o têxtil ganharam projeção em razão do conhecimento técnico de

cidadãos. Outro fator decisivo para industrialização, além do conhecimento técnico, foi a cultura joinvilense voltada para o trabalho, mostrando disciplina e vocação em aprender (TERNES, 1986).

Nos anos 70, onde a presidência da república estava na posse do general Emílio Garrastazu Médici, a evolução da economia brasileira estava em evidência. Joinville acompanhava esse crescimento e recebia diversos investimentos dos governos da União e do Estado. Estes investimentos estavam direcionados às melhorias do saneamento básico, desenvolvimento da telecomunicação, modernização da agência dos Correios e Telégrafos, aeroporto e as instalações do Senac e do Sesc (TERNES, 1993).

Entretanto, a maior construção nesse período veio através do trecho Garuva-Florianópolis da BR-101. Com a expansão industrial em alta, uma nova empresa dá início às suas operações. A Embraco nasceu para atender a demanda de compressores da Consul, que estava entrando no ciclo de exportação e necessitava de um auxílio para aumentar seu processo de produção (TERNES, 1993).

No Brasil, em 1978, a União ficava com 69% da receita tributária, 29% era enviado para os Estados e apenas 2% ficava com os municípios. Esse repasse das receitas fez surgir grandes problemas econômicos e sociais em regiões populosas. Isso se deu pelo empobrecimento crescente dos municípios e a centralização das decisões em Brasília (TERNES, 1993).

Nos anos 80, Joinville foi perdendo a qualidade de vida de seus habitantes, fruto de um crescimento rápido e com poucos recursos para adequar um planejamento ideal. O crescimento acima do normal nos anos anteriores foi amenizado com a crise desse período, contudo, promoveu uma onda migratória agravando ainda mais a situação na qual o município se encontrava (TERNES, 1993).

Apesar da recessão no Brasil nesse período, as empresas industriais joinvilense já estavam estabelecidas e começaram a investir em sua estrutura, abrindo fábricas menores para dar suporte. A Fundação Tupy, antes desse período, abriu a Escola Técnica Tupy em 1959 e a Gargalha de Aço em 1953. Entretanto, com a crise do petróleo, o mercado automobilístico sofreu uma retraída. Com isso, a Tupy decidiu investir em outros mercados. A Tabela 1 apresenta as empresas criadas pelo Grupo Tupy e seu respectivo ano de fundação (ROCHA, 1997).

Tabela 1 - Empresas criadas pelo Grupo Tupy entre os anos de 1970 a 1990.

Nome da Empresa	Ano de Fundação
Tupinambá Administrações e Participações	1973
Perfilados Tupy S.A.	1973
Tupy Américan Foundry Corporation	1976
Tupy Handelsgesellschaft m.b.h.	1977
Tupy S.A. Comercial e Exportadora	1978
Tupy Agroenergética S. A	1981
Tupiniquim Termotécnica	1982
Tupy Corretora de Seguros	1982
Transtupy Ltda	1983
Tupy Nordeste S. A	1983
Styrofama Indústria e Comércio de Plásticos S. A	1983
Tupy Termointustrial Ltda	1984
Tupyninquim Engenharia e Montagens Ltda	1984
Cifa Fios e Linhas Ltda	1984
Tupy Tubos e Conexões Ltda	1985
Tupy Tecnoplástica Ltda	1985
Indústria de Fundição Tupy S.A.	1985

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ROCHA (1997).

Já em 1990, as empresas produtoras de plástico, principalmente PVC, começaram a ganhar força na região. Entre as empresas mais importantes nesse setor, se destacam a Akros S.A, fundada em 1970 e incorporada pelo Grupo Amanco em 1999, e a Indústria de Tubos e Conexões Tigre, antiga Hansen, fundada em 1941 (KLUG, J.F; LINS, H.N,2002).

Logo após isso, a indústria brasileira entrou em um período sem avanços significativos, chamado de “década perdida”. O setor apenas manteve o parque industrial montado, e com a herança das políticas industriais do passado. Os anos 90 representaram verdadeiros retrocessos para a indústria nacional, incluindo Joinville, e levando a algumas mudanças patrimoniais. (GOULARTI FILHO, 2003).

Nesse período, a Tupy deixa alguns mercados, como o de tubos e conexões. As empresas Franke e Fortilit foram adquiridas pela Douat e pela Akros, respectivamente. A crise social só não foi maior, pois foi amortecida pelo surgimento de inúmeras micros e pequenas empresas, que ficaram na sombra das maiores (GOULARTI FILHO, 2003).

4. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

A análise da estrutura produtiva de um município foi estruturada em cinco pilares: população, economia, saúde, educação e, por fim, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Com base neles serão feitas algumas comparações nacionais, estaduais e regionais para observar sua evolução e a forma com a qual o município joinvilense se posiciona perante a eles.

Nas comparações realizadas sobre a população foram utilizadas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números referentes à população total estimada foram retirados de dados entre os anos de 1851 a 2019.

Para ilustrar a evolução da economia de Joinville serão apresentados alguns valores que mensuram esse assunto. Para esse estudo, foram coletados dados referentes ao PIB, PIB *per capita* e Valor Adicionado Bruto (VAB) junto ao IBGE. Também foram utilizados dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), retirados da ferramenta de cálculo do Banco Central do Brasil (BCB).

Quando o assunto for educação serão utilizados os censos demográficos realizados pelo IBGE para apresentar dados referentes à escolaridade e alfabetismo. Os valores relacionados aos índices, quantidades de matrículas, docentes, estabelecimentos e turmas ofertadas são de dados coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP.

Os dados em relação à saúde foram utilizados com base nos valores apresentados pela Secretaria de Saúde (SES) e pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Serão apresentados valores referentes à quantidade de profissionais na rede pública joinvilense e participações de gastos relacionado a saúde no orçamento do município. Por último, foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

4.1 POPULAÇÃO/ EXPANSÃO DEMOGRÁFICA

O município de Joinville começou a adquirir características de centros urbanos. As ruas começaram a receber pavimentação, os postes com iluminação se espalharam pela cidade, e as bicicletas e automóveis substituíram os carroções. Nos primeiros 90 anos de existência, Joinville obteve números altíssimos de crescimento (TERNES, 1986).

A Tabela 2 apresenta o demonstrativo da população de Joinville entre 1851 e 1991. Devido a emancipação de regiões como Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá e Araquari, na primeira metade da década de XX, não houve grande variação no número de habitantes entre os anos de 1920 a 1950. Entre os anos 50 e 80, o crescimento populacional foi de 550%. A população que antes era de 43.334 habitantes, passou para 235.682 (TERNES, 1993).

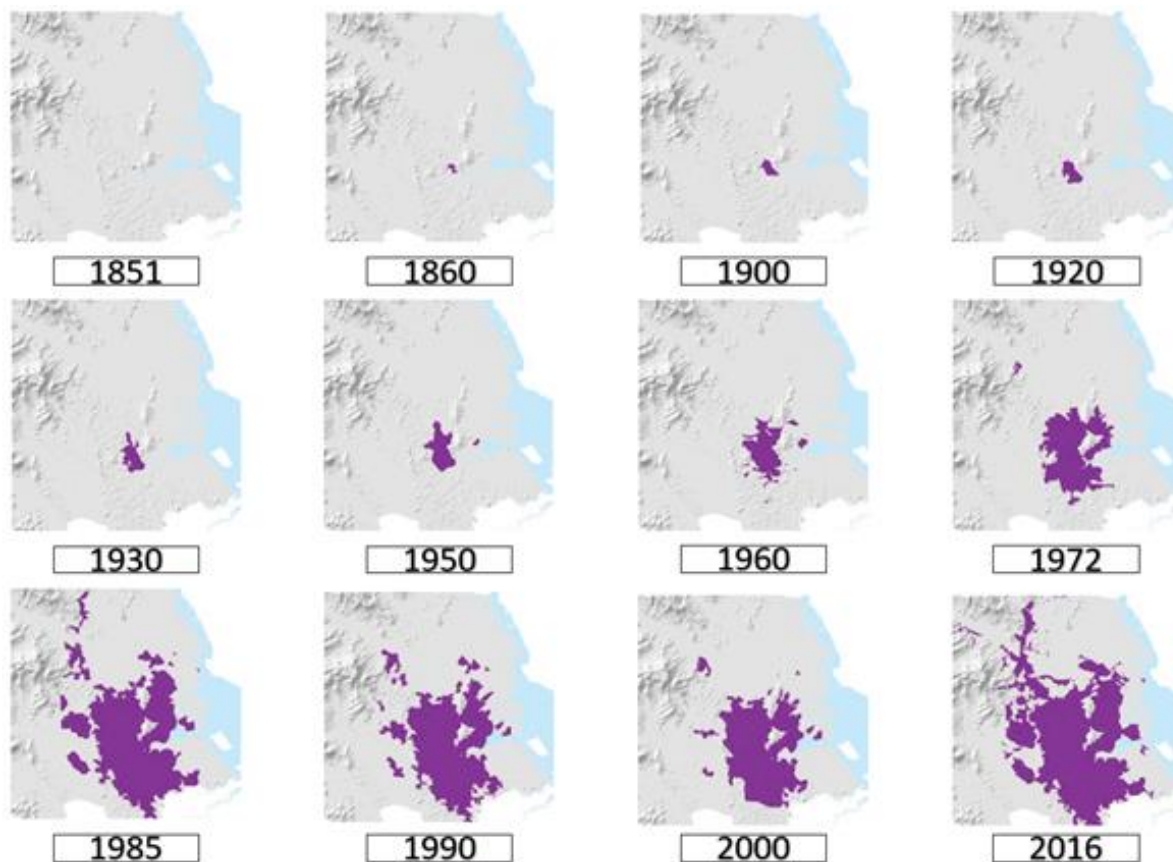
Tabela 2 - Evolução da população do município de Joinville entre 1851 a 1991.

Ano	População Total
1851	192
1870	6.452
1880	17.000*
1892	25.000
1920	25.060
1940	30.040
1950	43.334
1960	70.687
1970	126.559
1980	235.812
1991	347.151

Fonte: Joinville (2017).

O crescimento populacional, de mais de 7% em alguns anos da década de 70, era mais que o dobro da média nacional no mesmo período, 3,2%. Esse aumento causou grandes modificações estruturais na paisagem urbana, inclusive com surgimento do fenômeno da favelização e invasões de terra inapropriadas para construções de moradias (TERNES, 1986). A Figura 1 apresenta a expansão demográfica do município de Joinville no período de 1851 até 2016.

Figura 1 - Expansão Demográfica do Município de Joinville entre os anos de 1851 até 2016.



Fonte: Adaptado de Joinville (2019).

Conforme divulgado pelo IBGE e apresentado na Tabela 3, entre 2002 a 2019, o crescimento populacional foi de 34,97%, maior que o crescimento brasileiro (26,51%). Apesar disso, esse valor foi menor se comparado ao estado (38,62%) e a sua microrregião (49,23%). Em 2019 a população estimada de Joinville era de 590.466 habitantes. O município ainda cresce em um ritmo alto, porém não tanto quanto no século passado.

Joinville durante esse período obteve um crescimento de 1,6% ao ano. Isso a coloca com a média superior à nacional (1,13%), e inferior a estadual (1,74%). Observa-se que durante três anos o crescimento demográfico foi acima de 3%. Nos anos de 2004, 2010 e 2013 os valores foram 3,55%, 3,60% e 3,90%, respectivamente. Apenas em 2007 o crescimento foi negativo, chegando a -1,85%.

Tabela 3 - Evolução da População do município de Joinville entre os períodos de 2000 a 2019.

Ano	Brasil	Santa Catarina	Microrregião Joinville	Joinville
2000	166.112.518	5.168.808	675.160	437.487
2001	172.385.826	5.448.736	696.902	446.064
2002	174.632.960	5.527.707	711.092	453.766
2003	176.871.437	5.607.233	725.838	461.576
2004	181.569.056	5.774.178	756.798	477.971
2005	184.184.264	5.866.568	773.931	487.045
2006	186.770.562	5.958.266	790.936	496.051
2007	184.014.516	5.866.487	776.500	487.003
2008	189.612.814	6.052.587	795.570	492.101
2009	191.506.729	6.118.743	806.809	497.331
2010	190.732.694	6.249.682	842.821	515.250
2011	192.379.287	6.317.054	855.256	520.905
2012	193.976.530	6.362.734	867.387	526.338
2013	201.062.789	6.634.254	908.571	546.981
2014	202.799.518	6.727.148	925.643	554.601
2015	204.482.459	6.819.190	942.558	562.151
2016	206.114.067	6.910.553	959.345	569.645
2017	207.660.929	7.001.161	975.995	577.077
2018	208.494.900	7.075.494	990.965	583.144
2019	210.147.125	7.164.788	1.007.538	590.466

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

O desenvolvimento de um município não influencia apenas os números próprios, mas também os da sua região. A microrregião de Joinville é composta por onze municípios. Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Schroeder, São Francisco do Sul e Joinville, que juntos obtiveram em média um crescimento de 2,14% ao ano. Observando apenas sua microrregião pode-se perceber que em vinte anos seu crescimento demográfico foi superior a 75%, e suas médias anuais foram de 3,02%.

Na Tabela 4 é possível analisar o crescimento demográfico dos municípios da microrregião de Joinville. Embora apenas Araquari, Guaramirim, Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul tenham mais de 30 mil habitantes, o município de Joinville foi a que apresentou as menores taxas de crescimento. Todavia, é importante lembrar que muitos habitantes das regiões vizinhas trabalham e utilizam os serviços de saúde do município de Joinville. Logo, é possível acarretar o fenômeno do inchaço populacional, onde as consequências de um crescimento desordenado de uma certa região começam a provocar problemas sociais e de infraestrutura.

Tabela 4 - População e taxa de crescimento da população dos municípios da microrregião de Joinville entre 2000 e 2018.

Município	Taxa de crescimento (em %)	População em 2000	População em 2018
Araquari	84,17	19.933	36.710
Balneário Barra do Sul	136,81	4.455	10.550
Corupá	36,65	11.496	15.709
Garuva	53,12	11.625	17.800
Guaramirim	85,47	23.627	43.822
Itapoá	197,96	6.700	19.963
Jaraguá do Sul	64,96	105.575	174.158
Massaranduba	36,49	12.238	16.704
São Francisco do Sul	63,96	31.519	51.677
Schroeder	97,32	10.505	20.728

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

4.2 ECONOMIA

4.2.1 Produto Interno Bruto (PIB)

A fim de realizar algumas análises e comparações econômicas, foi utilizado o Produto Interno Bruto (PIB), divulgado pelo IBGE entre os anos de 2002 e 2017. O PIB é utilizado para mensurar as atividades econômicas de uma região. Ou seja, é a soma de todos os bens e serviços de certa localidade (PESSOA, M. L. (Org.), 2017).

De forma que as comparações apresentadas no presente trabalho não sejam afetadas com a inflação durante esse período, se utilizou uma ferramenta disponível no site do Banco Central do Brasil (BCB). Com esse programa é possível através do IPCA ajustar o PIB do período estudado. Assim, as análises através da fixação de um ano base (2017), não sofreram distúrbios referentes à inflação.

Na Tabela 5, são apresentados os PIBs brasileiro, catarinense e joinvilense deflacionados entre os anos de 2002 e 2017. É possível notar que houve um crescimento de 67,40% no valor do município de Joinville. Apesar do avanço durante esse período, os valores são menores quando comparados aos do estado e do país, que foram de 93,11% e 67,83%, respectivamente.

Deve-se destacar a evolução do PIB joinvilense nos anos 2007 e 2008. Essas variações positivas, além de apresentarem valores de crescimento acima de 10%, se destacaram pelo fato de estarem em um ritmo crescente ano após ano. Diferentemente do ano de 2010, que apresentou um valor alto após um ano de crise. Também é possível observar esse incidente nos valores estaduais e nacionais, que apresentaram valores expressivos nesse período.

Ao longo desses 15 anos a média de crescimento anual do PIB joinvilense foi de 3,75%, esse valor é maior que a média nacional, 3,61%. Contudo, foi menor que a catarinense, 4,62%. Em relação aos outros municípios do estado, Joinville teve o maior PIB, que correspondeu em 2017 a 9,88% do PIB estadual. Comparando a nível nacional o município catarinense, segundo o IBGE de 2017 tem o 29º maior PIB do Brasil, correspondendo à 0,42%, e tem o 3º maior PIB da região Sul, ficando atrás apenas das capitais Curitiba e Porto Alegre.

Tabela 5 - Evolução do Produto Interno Bruto do Brasil, Santa Catarina e Joinville entre os anos de 2002 a 2017 em mil reais a preços reais de dezembro de 2017.

Ano	Brasil	Santa Catarina	Joinville
2002	4.038.117.527,69	147.774.158,61	16.836.899,71
2003	4.140.829.071,84	154.498.541,35	17.726.813,08
2004	4.317.319.923,32	162.347.812,51	19.233.259,56
2005	4.448.550.860,18	167.132.843,27	19.605.134,79
2006	4.672.259.505,39	176.584.730,96	20.905.756,30
2007	5.114.289.934,79	195.016.271,01	23.616.312,60
2008	5.597.169.152,77	218.640.454,08	26.132.785,62
2009	5.664.616.679,70	219.407.465,77	25.586.472,43
2010	6.331.132.411,58	250.462.693,31	29.738.496,55
2011	6.732.521.910,91	267.782.563,74	28.729.333,99
2012	6.954.643.971,30	277.036.346,62	29.571.899,41
2013	7.276.380.820,92	292.757.748,84	30.092.554,87
2014	7.446.721.567,01	312.552.721,53	32.390.265,27
2015	7.260.883.667,11	301.634.848,67	32.154.558,44
2016	6.859.945.090,63	280.942.858,80	27.613.498,92
2017	6.777.352.452,55	285.361.778,26	28.185.136,53

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

Devido ao fato de Joinville ser o grande centro da região, os municípios ao redor começaram a se desenvolver junto ao seu crescimento. A Tabela 6 apresenta os dados de crescimento da microrregião entre os anos de 2002 a 2017, segundo o IBGE. É importante destacar que Jaraguá do Sul, se tornou ainda no século XX, um local com altos índices econômicos.

Vale ressaltar o crescimento de São Francisco do Sul e Itapoá, superior à 150% nessa década. Elas têm um importantíssimo papel geográfico no escoamento de mercadorias da região. Outro destaque é o município de Araquari, que obteve um crescimento de 1212,35%. Muito dessa evolução se deve ao fato da proximidade do centro industrial de Joinville com o município de Araquari.

Tabela 6 - Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto entre 2002 e 2017 dos municípios da Microrregião de Joinville e seus respectivos Produto Interno Bruto de 2002 e 2018 a preços reais de dezembro de 2017.

Município	Crescimento desde 2002 (em %)	PIB 2002 (em R\$)	PIB 2017 (em R\$)
Araquari	1212,35	307.968,76	4.041.642,96
Balneário Barra do Sul	157,51	75.172,88	193.581,17
Corupá	100,08	280.194,26	560.618,32
Garuva	273,21	251.125,97	937.219,29
Guaramirim	118,97	722.419,11	1.581.886,92
Itapoá	291,08	188.093,59	735.595,88
Jaraguá do Sul	52,62	5.753.186,78	8.780.354,77
Massaranduba	99,33	304.171,47	606.314,59
São Francisco do Sul	172,67	1.507.781,09	4.111.256,98
Schroeder	87,48	262.889,45	492.867,64

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

A Tabela 7 apresenta participação do PIB nos municípios da microrregião geográfica de Joinville, segundo o IBGE e o BCB. Pode-se observar um declínio na participação de Joinville e Jaraguá do Sul. No ano de 2003 os dois municípios juntos detinham 84,96% da participação total do PIB. Em 2017, esse valor diminuiu para 73,6%.

Isso demonstra como os municípios vizinhos, principalmente Araquari e São Francisco do Sul, começaram a crescer, e impulsionar a região. No início, em 2003, juntos obtinham 7,26% do PIB da microrregião. Este valor em 2017 chegou a 16,24%.

Tabela 7 - Participação dos municípios no Produto Interno Bruto da microrregião de Joinville no período entre 2003 a 2017(em %).

Município	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Araquari	1,18	1,15	1,11	1,44	2,18	2,68	6,06	8,05
Balneário Barra do Sul	0,29	0,27	0,28	0,35	0,34	0,34	0,36	0,39
Corupá	1,04	1,02	0,99	0,99	1,07	1,04	0,80	1,12
Garuva	0,91	0,88	1,07	1,00	1,26	1,45	1,48	1,87
Guaramirim	2,80	2,88	3,17	3,62	3,64	3,42	3,27	3,15
Itapoá	0,68	0,64	0,53	0,73	1,27	1,67	1,22	1,46
Jaraguá do Sul	21,89	21,62	21,24	19,93	20,68	20,52	17,60	17,48
Joinville	63,07	62,07	62,15	62,16	58,99	58,14	59,04	56,12
Massaranduba	1,21	1,05	0,95	1,07	1,19	1,06	1,14	1,21
São Francisco do Sul	6,08	7,58	7,71	7,82	8,39	8,65	8,17	8,19
Schroeder	0,84	0,82	0,80	0,88	0,99	1,03	0,87	0,98

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

4.2.2 Valor Adicionado Bruto (VAB)

Para prosseguir com as análises referentes à economia, se utilizou novamente valores referentes ao PIB. Entretanto, é necessário fazer um desmembramento da sua composição. O PIB é a soma do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores da economia e de seus impostos. Logo, o VAB é o valor da agricultura, indústria e serviços que crescem ao valor final produzido em uma determinada localização. Os valores relacionados ao valor adicionado bruto também precisam ser deflacionados. Do mesmo modo como é feito com o PIB, o VAB foi corrigido utilizando dezembro de 2017 como base e os dados do BCB (FEE/RS) (PESSOA, M. L. (Org), 2017).

A Tabela 8 apresenta o VAB deflacionado entre os anos de 2002 e 2017, detalhando as atividades nos setores agropecuário, industrial e de serviço e suas participações dentro do município. Durante o século XX, Joinville ficou famosa por ser uma força na indústria, e essa fama acompanhou os números até o início do século XXI.

Em 2002 a indústria ainda correspondia à maior parte das atividades do município, tendo no ano de 2004 o seu ápice em participação. Neste ano, os valores chegaram a ultrapassar os 50% do total. Entretanto, em 2012 os números ligados às atividades de serviço os superaram, e a partir de 2014 os começaram a manter-se

acima dos 50%. Apesar disso, quando se trata da ocupação das atividades de serviço de Joinville, em Santa Catarina e na Região Sul, elas ainda apresentam menor expressão do que as atividades industriais.

Tabela 8 - Evolução da participação a Agropecuária, Indústria e Serviço no Valor Adicionado Bruto no município de Joinville no período de 2002 a 2017.

Ano	Agropecuária		Indústria		Serviços		Outros	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
2002	72612,4	0,5	6973198,0	48,0	6020966,6	41,5	1447352,6	10,0
2003	71401,2	0,5	7464913,2	49,2	6130088,8	40,4	1510217,0	10,0
2004	56103,6	0,3	8414945,8	50,4	6718325,6	40,2	1514700,8	9,1
2005	43813,6	0,3	7966961,4	48,2	6946084,9	42,0	1584923,9	9,6
2006	57055,3	0,3	8422028,0	47,4	7646044,5	43,0	1661260,8	9,3
2007	52627,0	0,3	9859403,5	49,0	8369769,9	41,6	1857353,1	9,2
2008	69758,5	0,3	10515218,0	47,4	9510824,3	42,9	2083898,6	9,4
2009	64201,6	0,3	10005926,8	46,0	9556625,8	44,0	2104688,7	9,7
2010	79460,0	0,3	12038123,5	47,7	10847338,3	43,0	2279269,7	9,0
2011	71045,3	0,3	11058291,2	45,8	10593772,3	43,9	2407637,2	10,0
2012	68680,4	0,3	10898766,4	43,9	11332601,9	45,7	2519610,4	10,2
2013	107571,8	0,4	10285641,4	41,4	11700204,3	47,1	2727874,3	11,0
2014	89903,9	0,4	9754662,6	37,6	13234342,1	51,1	2836849,1	11,0
2015	94044,9	0,4	9359163,5	36,1	13622719,1	52,5	2878438,4	11,1
2016	91432,0	0,4	7505999,1	33,6	11911367,8	53,3	2845850,7	12,7
2017	90684,3	0,4	7562391,9	33,2	12215764,5	53,6	2905517,0	12,8

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

Assim como internamente, a indústria também perdeu espaço quando comparada ao estado e a região. Em 2002 o setor correspondia à 17,42% do Valor Adicionado Bruto Industrial do estado e 4,25% do Sul do país. No ano de 2017, esses valores apresentaram um declínio, passando para 11,63% e 3,09%, respectivamente. A Tabela 9 apresenta o quanto o valor dos VABs de serviço, agropecuária e indústria faziam parte do valor estadual e regional, entre os anos de 2002 e 2017.

Ao longo desses quinze anos o setor de serviço variou entre 9% e 10% no estado, e se manteve um pouco acima dos 2% na região Sul. O setor agropecuário durante o período analisado não obteve grandes valores em nenhum momento. Na

região Sul os valores equivaleram a aproximadamente 0,1% e 0,5% no estado ao longo do tempo observado.

Tabela 9 - Evolução da participação de Joinville no Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, Indústria e Serviço de Santa Catarina e a Região Sul no período de 2002 a 2017 (em %)

Ano	Agropecuária		Industrial		Serviço	
	Sul	Santa Catarina	Sul	Santa Catarina	Sul	Santa Catarina
2002	0,12	0,55	4,25	17,42	2,24	10,34
2003	0,09	0,50	4,24	17,91	2,15	10,16
2004	0,08	0,42	4,37	17,97	2,31	10,49
2005	0,09	0,36	4,38	17,42	2,35	10,34
2006	0,11	0,51	4,63	17,13	2,46	10,59
2007	0,09	0,43	4,84	16,93	2,36	11,05
2008	0,10	0,46	4,88	17,19	2,51	11,03
2009	0,10	0,44	4,49	17,11	2,46	10,57
2010	0,11	0,55	4,79	17,34	2,54	10,72
2011	0,10	0,52	4,15	14,50	2,35	9,89
2012	0,10	0,53	4,13	14,41	2,35	9,81
2013	0,11	0,65	3,77	13,53	2,23	9,64
2014	0,10	0,55	3,60	12,19	2,43	9,92
2015	0,11	0,62	3,50	12,82	2,47	10,38
2016	0,10	0,56	2,97	11,60	2,28	9,69
2017	0,11	0,62	3,09	11,62	2,34	9,66

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

Na Tabela 10 se observa os números para os VABs deflacionados do município de Joinville e suas variações anuais entre os anos de 2003 a 2017. A evolução durante esses anos apenas confirma o que se analisou nas últimas tabelas, onde se apresenta que as atividades relacionadas ao serviço cresceram de forma intensa, e no caso de Joinville, se tornou o setor com maior participação.

Enquanto as atividades das indústrias cresceram apenas 1,31% em quinze anos, as relacionadas ao serviço obtiveram um crescimento de 99,28%. O setor ligado às empresas industriais ainda na primeira década deste século, é possível observar

que obtiveram valores positivos, chegando ao seu auge no ano de 2010. Nos anos seguintes não se observa um ano com variação positiva até o ano de 2017, onde o setor industrial cresceu 0,75%. Desde 2010 o setor teve um declínio de 37,18%.

Diferente dos setores industriais, a área de serviço cresceu de forma consolidada. Alguns anos crescendo na casa dos dois dígitos e apenas dois anos com variações negativas. Em 2015 é possível analisar o ápice no valor do VAB. A atividade da agropecuária e a categoria dos outros setores também cresceram durante esses anos analisados, 27,01% e 92,39%, respectivamente.

Tabela 10 – Evolução do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, Indústria e Serviço no município de Joinville suas variações anuais entre os anos de 2003 a 2017 a preços reais de dezembro de 2017.

Ano	Agropecuária		Indústria		Serviços		Outros	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
2003	71401,2	-1,7	7464913,2	7,1	6130088,8	1,8	1510217,0	4,3
2004	56103,6	-21,4	8414945,8	12,7	6718325,6	9,6	1514700,8	0,3
2005	43813,6	-21,9	7966961,4	-5,3	6946084,9	3,4	1584923,9	4,6
2006	57055,3	30,2	8422028,0	5,7	7646044,5	10,1	1661260,8	4,8
2007	52627,0	-7,8	9859403,5	17,1	8369769,9	9,5	1857353,1	11,8
2008	69758,5	32,6	10515218,0	6,7	9510824,3	13,6	2083898,6	12,2
2009	64201,6	-8	10005926,8	-4,8	9556625,8	0,5	2104688,7	1
2010	79460,0	23,8	12038123,5	20,3	10847338,3	13,5	2279269,7	8,3
2011	71045,3	-10,6	11058291,2	-8,1	10593772,3	-2,3	2407637,2	5,6
2012	68680,4	-3,3	10898766,4	-1,4	11332601,9	7	2519610,4	4,7
2013	107571,8	56,6	10285641,4	-5,6	11700204,3	3,2	2727874,3	8,3
2014	89903,9	-16,4	9754662,6	-5,2	13234342,1	13,1	2836849,1	4
2015	94044,9	4,6	9359163,5	-4,1	13622719,1	2,9	2878438,4	1,5
2016	91432,0	-2,8	7505999,1	-19,8	11911367,8	-12,6	2845850,7	-1,1
2017	90684,3	-0,8	7562391,9	0,8	12215764,5	2,6	2905517,0	2,1

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

A Tabela 11 traz dados elaborados pelo IBGE, para o Brasil, demonstrando a tendência nas atividades nacionais entre o ano de 2002 e 2017. É possível observar que o crescimento das atividades de serviços sempre foi maior que o industrial, e nos

últimos anos essa diferença tem aumentado. Essa tendência do crescimento das atividades de serviço acontece a nível nacional e reflete nos municípios brasileiros.

Durante esse período, o setor de serviço foi o maior contribuinte para o crescimento da economia nacional. De 2002 até 2017, segundo o IBGE, o crescimento das atividades de serviço foi de 86,65%, um valor bem acima das outras áreas, 41,07% na agropecuária e 35,65% na indústria.

Tabela 11 - Evolução da Agropecuária, Indústria e Serviço no Valor Agregador Bruto por setor no Brasil a preços reais de dezembro de 2017.

Ano	Agropecuária		Indústria		Serviço		Outros	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
2002	221098043,5	6,4	908387753,2	26,4	1747849377	50,7	567936150,8	16,5
2003	255372556,8	7,2	955861452,8	27,0	1765672750	49,8	568008581,3	16,0
2004	244589617,2	6,7	1049394697	28,6	1798437635	49,1	572654820,3	15,6
2005	206909605,2	5,5	1075329451	28,5	1889704252	50,0	604860301,6	16,0
2006	204179775,8	5,1	1100037782	27,7	2022706280	50,9	646935305	16,3
2007	225893863,1	5,2	1182699032	27,1	2243292806	51,4	708994241,3	16,3
2008	255670365,4	5,4	1292122951	27,3	2397929878	50,7	781534317,3	16,5
2009	253592080,7	5,2	1239338366	25,6	2522363542	52,1	827977383,3	17,1
2010	260573993	4,8	1473126456	27,4	2771250328	51,5	876300047,8	16,3
2011	292328399	5,1	1555350643	27,2	2955749882	51,6	920039731,8	16,1
2012	289892387,5	4,9	1539316372	26,0	3142790547	53,1	941922398,7	15,9
2013	327938204,4	5,3	1544398013	24,9	3324087491	53,5	1018366245	16,4
2014	322116185,2	5,0	1524527357	23,8	3508656104	54,8	1052533561	16,4
2015	313608415,5	5,0	1405710271	22,5	3451658019	55,3	1072443732	17,2
2016	335544170,2	5,7	1259126339	21,2	3301580437	55,7	1034158392	17,4
2017	311900615,8	5,3	1232208746	21,1	3262287250	55,9	1030477237	17,7

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

4.2.3 Emprego e Remuneração

A fim de realizar outra análise do fenômeno de aumento das atividades de cada setor, se utilizou a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Essa classificação é feita pelo IBGE e foi feita para enquadrar cada empresa em suas determinadas atividades. A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul (Seplag/RS), junto com o Departamento de Economia e Estatística (DEE) realizou um agrupamento, onde se unificam as vinte classes nos três setores da economia: agropecuária, indústria e serviço (RIO GRANDE DO SUL, 2020). A Tabela 12 apresenta esse agrupamento de dados.

Tabela 12 - Classe no CNAE e suas classificações para atividades

Agropecuária
(A) AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA
Indústria
(B) INDÚSTRIAS EXTRATIVAS; (C) INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO; (D) ELETRICIDADE E GÁS; (F) CONSTRUÇÃO; (E) ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO
Serviços
(G) COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS; (H) TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO; (L) ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS; (I) ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO; (J) INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO; (K) ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS; (M) ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS; (N) ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES; (O) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL; (P) EDUCAÇÃO; (Q) SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS; (R) ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO; (S) OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS; (T) SERVIÇOS DOMÉSTICOS

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Rio Grande do Sul (2020).

A separação de classe das tabelas seguintes se deu pelo método empregado na Tabela 12. Na Tabela 13 utilizando a fonte de Cadastros de Empresas do IBGE, é possível analisar o aumento entre 2006 a 2017 de novas unidades locais de emprego ligadas ao serviço em Joinville. As empresas do setor de serviço em onze anos

sofreram um aumento de mais de 3 mil unidades, e na parte industrial esse valor não chegou a 700 empresas.

Tabela 13 - Evolução no número de unidades produtivas dos setores industriais e serviço em Joinville durante o período de 2006 a 2017.

Ano	Total	Indústria	Serviço
2006	18768	3066	14121
2007	19123	3201	14270
2008	19937	3350	14882
2009	19614	3240	14629
2010	20579	3381	15310
2011	20700	3435	15354
2012	21257	3526	15679
2013	22632	3768	16710
2014	22608	3778	16677
2015	22679	3757	16740
2016	23035	3783	17053
2017	23368	3720	17345

Fonte: IBGE (2019).

Entretanto, não se pode apenas avaliar a importância de cada setor observando o número de empresas, é preciso observar o quanto cada empresa emprega e remunera o cidadão joinvilense. Na Tabela 14 é possível analisar uma evolução tanto na quantidade de trabalhadores, como na remuneração total dos deles, 37,64% e 52,66% respectivamente.

Nos doze anos de análise, o setor de serviço sempre envolveu mais pessoas, o crescimento durante esse período foi de 66,6%. Entretanto, essa tendência não reflete na questão da remuneração. Apenas em seis anos o setor apresentou valores de remuneração maiores que o setor industrial. Essa superioridade do setor de serviço ficou mais nítida após 2011, com exceção de 2015 onde o setor industrial apresentou valores maior.

O setor industrial apresentou um ritmo maior até 2010, contudo, após esse ano, os números ligados ao setor industrial começaram a oscilar, ficando quatro anos com crescimento negativo; e terminaram 2017 com menos trabalhadores do que o ano de 2010, contudo com o valor de remuneração maior.

Diferente do setor industrial, o crescimento no número de ocupados do setor de serviço foi contínuo, apesar dos valores próximos a zero nos anos de 2015 e 2016. Desde 2006 a média anual foi de 4,79%, um valor superior ao de 2,77% da média das indústrias; e na questão da remuneração o crescimento foi 109,79% contra 43,40%. Apesar de apresentar valores superiores ao setor industrial, a relação remuneração/pessoal ocupado é inferior. em média desde 2006 um trabalhador do setor industrial ganha 48,75% a mais que um indivíduo do setor de serviço.

Observando o município como um todo, o número de empregados aumentou 37,64% desde 2006. Contudo, o crescimento de 2011 a 2017 foi apenas de 1,74%, neste mesmo período o crescimento populacional foi de 10,78%. O número referente à 2017 é o equivalente à 39,3% da população total de Joinville, que, apesar de ser o município mais populoso do estado, ficou em segundo lugar no ranking de pessoal ocupado no estado catarinense. Em primeiro foi a capital Florianópolis com 313.273 pessoas ocupadas (IBGE,2020).

Tabela 14 - Evolução do Pessoal Ocupado e Salários (mil reais) nos setores industrial e serviço de Joinville no período de 2006 a 2017 preços reais de dezembro de 2017.

Ano	Indústria		Serviço		Total	
	Pessoal ocupado	Salários (em R\$)	Pessoal ocupado	Salários (em R\$)	Pessoal ocupado	Salários (em R\$)
2006	58272	1.899.439,5	86606	1.799.310,1	164926	4.624.671,2
2007	64045	2.013.254,3	93656	1.915.563,9	180486	5.120.625,9
2008	73748	2.584.216,4	100282	2.082.543,3	192578	5.398.415,5
2009	72385	2.345.980,2	106277	2.285.226,9	201128	5.598.188,1
2010	78932	2.749.418,0	116537	2.645.802,3	208868	7.080.537,6
2011	72212	2.406.751,1	125674	2.871.837,6	223127	6.616.406,8
2012	71768	2.459.809,0	130718	3.208.759,7	223706	6.817.268,8
2013	84839	3.109.642,7	135578	3.418.737,7	231966	7.413.941,9
2014	83856	3.175.159,1	139769	3.727.872,9	235052	7.598.090,4
2015	89680	3.854.276,0	140545	3.844.244,1	225927	7.612.892,8
2016	72906	2.758.385,2	140026	3.822.783,2	221026	7.112.597,6
2017	74375	2.723.822,2	144282	3.774.788,0	226999	7.059.985,1

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

A variável remuneração é um dos tópicos onde se consegue observar um crescimento real da remuneração. A Tabela 15 apresenta os valores entre 2006 a 2017 da quantidade de salários-mínimos que o cidadão joinvilense recebia na época, o salário-mínimo do ano e salário médio real. A coluna referente à evolução do salário médio real está baseada na quantidade de salários-mínimos que o indivíduo ganha no ano, no salário-mínimo do respectivo ano e no índice de deflação retirado na calculadora do BCB e utilizando como referência o mês de dezembro de 2017.

Apesar da diminuição da quantidade de salários-mínimos, o cidadão joinvilense teve um aumento durante esses dozes anos de 8,47% em sua remuneração mensal. O ano que apresentou os piores valores foi 2008, que apresentou 9,22% a menos em comparação aos apresentados em 2017. Em 2010 observa-se o ápice da remuneração dos trabalhadores do município, porém, nos anos seguintes os valores caíram mais de 10%. Nos últimos cinco anos de pesquisa, a

média real de salário foi superior à três salários-mínimos. Em 2017 Joinville obteve a nona maior média mensal do estado (IBGE, 2017).

Tabela 15 - Evolução do salário médio real de Joinville no período de 2006 a 2017.

Ano	Média Salarial (Em Salários mínimos)	Salários Mínimos do ano (em R\$)	Evolução do Salário Médio Real (em R\$)
2006	3,8	350,00	2.579,06
2007	3,8	380,00	2.714,82
2008	3,4	415,00	2.539,58
2009	3,3	465,00	2.607,94
2010	3,6	510,00	2.991,36
2011	3,2	545,00	2.682,93
2012	3	622,00	2.695,33
2013	3,1	678,00	2.868,45
2014	3	724,00	2.798,83
2015	3	788,00	2.862,80
2016	2,9	880,00	2.792,42
2017	2,9	937,00	2.797,39

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

O município vem apresentando valores menos significativos perante o estado e ao país, contudo, há estatísticas que mostram que Joinville ainda está acima das médias nacionais e estaduais. No PIB *per capita* apresentado na Tabela 16, é possível analisar lado a lado a evolução durante essa década.

Os valores de Joinville estão acima dos estaduais e nacionais. Entretanto, de 2002 a 2017, Joinville foi a que menos cresceu, 31,63%, contra 52,47% para o estado e 41,14% para o país. Em 2017 o PIB *per capita* não se encontrava em seu melhor estado. Obteve um valor semelhante ao ano de 2007 e estava 16,37% menor que seu auge em 2014. Apesar dos valores estarem bem acima da média, no *ranking* referente ao ano de 2017 entre os 5570 municípios brasileiros, Joinville encontrava-se em 378ª posição e em 26ª no estado.

Tabela 16 - Evolução do Produto Interno Bruto per capita no Brasil, Santa Catarina e Joinville entre os anos de 2002 a 2017 (em R\$) a preços reais de dezembro de 2017.

Ano	Brasil	Santa Catarina	Joinville
2002	23.123,46	26.733,36	37.104,81
2003	23.411,52	27.553,44	38.404,97
2004	23.777,84	28.116,18	40.239,39
2005	24.152,72	28.489,03	40.253,23
2006	25.016,04	29.636,93	42.144,37
2007	27.792,86	33.242,43	48.493,16
2008	29.518,94	36.123,47	53.104,52
2009	29.579,20	35.858,26	51.447,57
2010	33.193,75	40.076,07	57.716,64
2011	34.996,09	42.390,42	55.152,73
2012	35.853,02	43.540,46	56.184,24
2013	36.189,59	44.128,21	55.015,72
2014	36.719,62	46.461,40	58.402,83
2015	35.508,59	44.233,24	57.199,15
2016	33.282,28	40.654,18	48.474,93
2017	32.636,63	40.759,21	48.841,21

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2019).

4.3 EDUCAÇÃO

Nesta seção do trabalho, serão apresentados dados referentes à evolução da educação no município de Joinville. Evidenciando números como da alfabetização, relatórios de desempenho escolares e as quantidades de profissionais, alunos e centros educacionais em Joinville.

Dentro da captação de dados feita pelo IBGE no Censo Demográfico, são realizadas pesquisas referentes à alfabetização. A Tabela 17 apresenta a proporção da população residente em Joinville alfabetizada, separada por faixa etária. Nota-se um crescimento considerável em quase duas décadas de pesquisa apresentadas da taxa de alfabetização entre pessoas de cinco a nove anos.

Tabela 17 - Evolução das taxas de alfabetizados por faixa etária em Joinville no período de 1991 a 2010 (em %)

Faixa Etária	1991	2000	2010
5 a 9 anos	56,4	61,3	73,7
10 a 14 anos	98,2	99,0	99,0
15 a 19 anos	98,2	99,2	99,3
20 a 49 anos	96,2	98,1	98,8
50 ou mais	83,3	89,4	93,9
Total	90,1	93,3	96,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em JOINVILLE,2018; BRASIL. 2010.

Outro modo de analisar a evolução da educação em uma determinada região é observando a taxa de analfabetismo. A Taxa de analfabetismo em um município é calculada em cima da população com idade igual ou superior a quinze anos, que não sabem ler e nem escrever. Na Tabela 18 é possível observar a evolução dessa taxa, e como visto nas tabelas referentes à taxa de alfabetização, há uma melhora.

Segundo o IBGE, no censo demográfico de 2010, o estado catarinense apresentava o segundo melhor índice, ficando atrás apenas do Distrito Federal, com 3,6%. Joinville apresentou bons resultados, entre os 293 municípios em Santa Catarina, ela obteve o 10º melhor índice, e a nível nacional Joinville aparece na posição de 44 de 5566 municípios do censo.

Tabela 18 - Evolução das taxas de analfabetismo em Joinville e Santa Catarina no período de 1991 a 2010

Ano	População total no Censo	Quantidade de analfabetos	Taxa de analfabetismo em Joinville (em %)	Taxa de analfabetismo em Santa Catarina (em %)
1991	347.151	12.164	5,27	9,2
2000	429.604	9.816	3,18	5,8
2010	515.288	8.831	2,20	4,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em JOINVILLE,2018; BRASIL. 2010.

Ainda utilizando os dados dos Censos Demográficos referentes à educação, a Tabela 19 apresenta o grau de escolaridade da população acima dos quinze anos

de Joinville. No ano de 2010 houve uma modificação na classificação das escolaridades, porém, é possível adaptar com a nova metodologia, e observar a evolução durante essas décadas. Dentro dos parênteses está apresentada a classificação dos dois primeiros censos realizados.

A tabela mostra um aumento na proporção das pessoas que têm mais de oito anos de estudos ou 2º ciclo fundamental completo até os quinze anos. Além do aumento das pessoas com mais anos de estudos, a tabela mostra também porcentagens menores nos índices que demonstram menos anos de estudos. O que em 1991 representava 58,62% da população joinvilense, em 2010 representava 23,04%.

Tabela 19 - Proporção e evolução da população no município de Joinville entre os anos de 1991 a 2010 por nível de escolaridade.

Ano	1991		2000		2010	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
2º ciclo fundamental completo ou mais (8 anos e mais de estudo)	94.746	40,49	169.039	54,15	279.620	69,23
1º ciclo fundamental completo/2º ciclo incompleto (4 a 7 anos de estudo)	90.660	38,74	99.738	31,95	45.355	11,23
Sem instrução/1º ciclo fundamental incompleto (Menos de 3 anos de estudo)	46.521	19,88	39.221	12,56	47.707	11,81
Não determinada	97	0,04	2.040	0,65	29.190	7,23
Alfabetização de adultos	--		150	0,05	--	
Total	234.015		312.188		403.882	

Fonte: BRASIL (2010).

Para mensurar a qualidade de ensino oferecido aos alunos na educação básica, foi criado um índice pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Órgão da administração federal vinculado ao Ministério da Educação. O índice é chamado de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e é calculado a cada dois anos. Esse índice é calculado através de duas variáveis, uma delas é baseada no aprendizado dos alunos em português e matemática e a outra é a taxa de aprovação (BRASIL, 2020)

A Tabela 20 apresenta o IDEB nas redes públicas de Joinville e Santa Catarina a partir 2005. Desde a divulgação dos índices, o município apresentou uma evolução de 44,90% nos anos iniciais do ensino fundamental e 31,82% dos anos finais do ensino fundamental. Comparando com os índices catarinenses, todos os valores referentes à Joinville estão acima, ou crescendo de forma igual ou superior.

Tabela 20 - Evolução do Índice Desenvolvimento da Educação Básica em Joinville e Santa Catarina na Rede Pública entre os anos de 2005 a 2017.

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Anos iniciais do Ensino Fundamental - Até a 4º Serie ou 5º Ano							
Joinville	4,9	5,3	5,8	6,2	6,6	6,9	7,1
Santa Catarina	4,3	4,7	5,1	5,7	5,9	6,1	6,3
Anos Finais do Ensino Fundamental - Até 8º Série ou 9º Ano							
Joinville	4,4	4,5	4,9	5,2	5,1	5,5	5,8
Santa Catarina	4,1	4,1	4,3	4,7	4,3	4,9	5,0

Fonte: INEP (2017).

O INEP, além de apresentar o IDEB, também é responsável pela elaboração da Sinopse Estatística, onde são divulgados os dados coletados no Censo Escolar. Elaborado anualmente pelo setor da Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), o documento traz informações que dão uma visão geral da Educação Básica no país (BRASIL,2020).

As tabelas referentes aos dados coletados do Censo Escolar, estão separadas por cada fase da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) do sistema de educação do município, incluindo público e particular. Dentro da educação infantil estão inclusas as creches e as pré-escola. O ensino fundamental é composto pelos seus nove anos divididos em anos iniciais (até 5º ano) e finais (até o 9º ano). Na fase do ensino médio estão inclusos ensino médio propedêutico, ensino médio normal e curso técnico integrado (Ensino Médio Integrado).

Na Tabela 21 é apresentada a evolução desde 2007 dos alunos matriculados nas três fases do ensino em Joinville. Em treze anos a evolução total de alunos teve

um aumento de 4,39%. As fases do ensino fundamental e médio mostraram números negativos, -5,88% e -8,51%, respectivamente. O valor que eleva essa evolução nos números totais está ligado à educação infantil. Desde 2007 até 2019 o crescimento foi de 66,02%.

Tabela 21 - Evolução no número de matrículas na Educação Básica em Joinville entre os anos de 2007 a 2017.

Ano	Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2007	113.941	17.050	75.622	21.269
2008	112.679	18.025	73.744	20.910
2009	111.468	18.632	71.976	20.860
2010	110.828	19.673	70.496	20.659
2011	110.621	20.498	69.770	20.353
2012	111.301	20.713	69.241	21.347
2013	109.992	20.481	68.003	21.508
2014	110.712	21.730	66.815	22.167
2015	111.324	22.745	67.996	20.583
2016	112.575	24.723	67.577	20.275
2017	113.676	25.813	68.381	19.482
2018	115.870	26.182	69.963	19.725
2019	118.944	28.306	71.178	19.460

Fonte: INEP (2017).

O nível da educação também pode ser avaliado observando número de profissionais ligados a ela. Na Tabela 22 analisou-se a quantidade de docentes contratados em cada fase da educação básica. Seguindo a tendência da tabela relacionada à quantidade de matrículas, o principal aumento foi na educação infantil, 40,38%. Ocorreu também, um crescimento de 14,37% nos profissionais no ensino médio e apenas 1,95% no ensino fundamental.

Tabela 22 - Evolução no número de Docentes na Educação Básica em Joinville entre os anos de 2007 a 2017.

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2007	1.097	2.825	995
2008	1.221	2.724	1.034
2009	1.209	2.580	971
2010	1.304	2.686	953
2011	1.319	2.701	1.005
2012	1.266	2.754	1.090
2013	1.253	2.748	1.097
2014	1.336	2.736	1.102
2015	1.547	2.725	1.057
2016	1.460	2.638	1.039
2017	1.468	2.657	1.112
2018	1.465	2.860	1.165
2019	1.540	2.880	1.138

Fonte: INEP (2017).

Um fator importante para ser analisado é referente ao número de escolas e de turmas que estão ligadas à educação infantil, ensino fundamental e ao ensino médio. A Tabela 23 apresenta o número de instituições e turmas que ofertaram a educação Básica em Joinville, entre os anos de 2007 a 2019.

Em todas as tabelas realizadas pelo Deed os números da educação infantil apresentaram grande crescimento, e não é diferente quando se observa a evolução de turmas e de instituições. É possível perceber que os estabelecimentos que ofertaram a educação infantil, diminuíram em 10,81%. Porém, o número de turmas segue a tendência das tabelas anteriores e apresentou um crescimento de 56,02%.

Comparando com a evolução dos outros dados referentes ao ensino fundamental, o número de instituições e turmas segue o mesmo sentido. Quando se fala sobre instituições e turmas os valores apresentam sinais negativos, -2,68% e -6,21%. Entretanto, quando se fala sobre o ensino médio, as direções ficam similares à educação infantil, apresentando valores negativos, -1,96%. Já quando se fala sobre estabelecimentos positivos, 3,68%, quando citadas as turmas ofertadas.

Tabela 23 - Evolução no número de Instituições e Turmas da Educação Básica em Joinville entre os anos de 2007 a 2017.

Ano	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Instituições	Turmas	Instituições	Turmas	Instituições	Turmas
2007	259	1.096	149	2.867	51	625
2008	251	1.142	149	2.805	50	638
2009	230	1.129	147	2.728	48	623
2010	230	1.181	150	2.733	49	613
2011	230	1.204	152	2.738	49	695
2012	225	1.224	150	2.714	51	708
2013	193	1.187	146	2.663	51	712
2014	202	1.277	144	2.650	51	733
2015	218	1.401	143	2.653	51	679
2016	236	1.567	142	2.630	50	673
2017	228	1.596	142	2.619	52	655
2018	225	1.648	144	2.679	50	662
2019	231	1.710	145	2.689	50	648

Fonte: INEP (2017).

4.4 SAÚDE

Para realizar as análises referentes ao setor da saúde em Joinville, se utilizou dados do Secretaria da Saúde (SES), e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Na Tabela 24 é possível observar a quantidade de profissionais que atuaram na saúde pública municipal em Joinville entre os anos de 2011 a 2018.

Apesar de mostrar um crescimento de 10,34% no número total de profissionais, essa variável não obteve um aumento regular ano a ano. Sua variação média ao longo desse período foi de 1,68% e obteve 2015 como o ano com maior profissionais na saúde pública joinvilense.

Profissionais como médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, odontólogos e psicólogos apresentaram juntos um crescimento de 14,57% durante o

período analisado. Os profissionais que mostraram maior crescimento foram os fisioterapeutas e técnicos em enfermagem, com 77,78% e 41,73% respectivamente.

Tabela 24 - Evolução da quantidade de profissionais que atuam na área da saúde pública municipal em Joinville entre anos de 2011 a 2018.

Profissional	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agente Administrativo e Agente de Saúde Pública	460	470	327	529	568	542	562	530
Agente Comunitário de Saúde	548	543	521	497	500	505	499	483
Assistente Social	19	19	20	22	24	22	17	17
Auxiliar de Enfermagem (Agente de Saúde II)	225	218	211	201	191	168	147	138
Enfermeiro	191	200	207	214	226	230	228	243
Farmacêutico Bioquímico	--	--	20	19	20	19	16	16
Farmacêutico/ Farmacologista	45	51	27	35	37	37	35	35
Fisioterapeuta	9	10	9	13	16	16	19	16
Fonoaudiólogo	15	16	17	17	20	18	19	18
Médico	338	409	438	422	441	484	436	400
Médico Veterinário	5	5	6	6	3	7	7	7
Nutricionista	9	9	9	9	12	11	10	10
Odontológico	157	160	160	163	166	173	170	166
Outros Profissionais da Área, Inclusive Comissionados	329	351	251	158	367	334	338	330
Outros Profissionais de Nível Técnico	--	--	--	273	94	91	85	85
Psicólogo	47	50	52	55	59	54	56	55
Técnico em Enfermagem	278	330	285	316	366	359	375	394
Terapeuta Ocupacional	33	34	39	43	48	40	46	45
Total	2708	2875	2599	2992	3158	3110	3065	2988

Fonte: Joinville (2019).

Serão apresentados os números referentes à despesa total com saúde por habitante, a participação da despesa com investimentos e a participação da receita própria aplicada em Saúde, conforme a Lei Complementar 141/2012. Esses dados estão de acordo com os dados apresentados pelo SIOPS, informados pela prefeitura de Joinville e pelo estado de Santa Catarina

Na Tabela 25 se observa a relação das despesas totais com saúde por habitante em Santa Catarina e em Joinville entre os anos de 2000 e 2019. Essa tabela foi deflacionada utilizando a plataforma Calculadora do Cidadão, no website do BCB, utilizando o mês de dezembro de 2017 como base.

Observa-se que os valores gastos com a população joinvilense sempre foi maior que o gasto com a população catarinense. O ano de 2009 foi o ano com maiores gasto em Joinville, R\$1.740,58, comparando com o ápice de Santa Catarina que foi em 2012, R\$1.173,10.

Em média durante esses dezoito anos de pesquisas a despesa por habitante de Joinville foi 48,37% maior que a de Santa Catarina. O valor médio gasto com o indivíduo joinvilense foi de R\$ 1.527,83 e comparando os valores de 2000 com 2017 acontece um declínio de 23,09%. Comparando com os gastos médios de Santa Catarina, R\$1.006,85, e no mesmo período a diminuição foi menor, 10,59%.

Tabela 25 - Evolução da despesa total com Saúde sob a responsabilidade do Município, por habitante em Santa Catarina e Joinville entre 2000 a 2017 a preços reais de dezembro de 2017 (R\$/habitante).

Ano	Santa Catarina	Joinville
2000	R\$ 977,07	R\$ 1.680,32
2001	R\$ 824,97	R\$ 1.323,20
2002	R\$ 956,86	R\$ 1.582,66
2003	R\$ 890,11	R\$ 1.433,11
2004	R\$ 913,17	R\$ 1.484,90
2005	R\$ 895,78	R\$ 1.386,49
2006	R\$ 918,74	R\$ 1.357,71
2007	R\$ 986,06	R\$ 1.594,75
2008	R\$ 1.070,42	R\$ 1.718,51
2009	R\$ 1.085,51	R\$ 1.740,58
2010	R\$ 1.126,03	R\$ 1.611,59
2011	R\$ 1.117,41	R\$ 1.495,67
2012	R\$ 1.173,10	R\$ 1.607,92
2013	R\$ 1.115,17	R\$ 1.591,28
2014	R\$ 1.162,62	R\$ 1.651,33
2015	R\$ 1.082,04	R\$ 1.579,35
2016	R\$ 954,67	R\$ 1.369,31
2017	R\$ 873,57	R\$ 1.292,30

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SIOPS (2019).

A Tabela 26 apresenta as participações em cima da receita total no município de Joinville e em Santa Catarina. A primeira variável é ligada à participação da saúde, conforme a LC 141/2012. E a segunda é referente aos investimentos para a saúde.

A participação da receita joinvilense em gastos com saúde obteve uma média de 30,4%, aumentando em 22,63% a participação do orçamento municipal deste período. Nos anos após 2015 ocorreu uma utilização da receita total do município na área da saúde próximas a 40%.

Quando citada a parcela da receita do município em investimentos relacionados à saúde, em poucos anos Joinville mostrou valores maiores do que os

números estaduais. Apenas no ano de 2017 se observa esse fator. Durante os vinte anos analisados, apenas em oito anos os números ficaram abaixo de 2%, e em dois anos ficaram acima dos 3%. Comparando com o estado catarinense, a participação de investimentos na saúde nunca foi inferior a 2%, e em 17 anos ficou acima dos 3%.

Tabela 26 - Evolução da participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012 e participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde em Joinville e Santa Catarina entre os anos de 2000 a 2019.

Ano	% da Receita em Saúde		Despesa com investimentos (%)	
	Joinville	Santa Catarina	Joinville	Santa Catarina
2000	16,74	11,46	1,98	4,86
2001	18,4	13,04	5,13	6,22
2002	25,41	15,24	3,42	5,83
2003	25,25	16,33	2,53	4
2004	27,34	17,71	2,68	5,55
2005	26,52	18,35	3,46	5,27
2006	25,94	19	3,79	5,49
2007	26,58	19,13	2,42	4,42
2008	26,74	19,19	3,8	5,15
2009	31,83	20,19	2,1	3,54
2010	28,75	20,05	2,01	4,72
2011	26,89	20,02	1,04	3,98
2012	28,98	21,59	1,53	4,88
2013	34	22,27	1,53	3,64
2014	37,28	23,16	2,15	5,13
2015	41,04	24,1	1,9	3,28
2016	41,17	24,69	1,97	3
2017	40,9	24,53	2,54	2,09
2018	39,02	23,84	1,48	2,75
2019	39,37	23,73	1,47	2,55

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SIOPS (2019).

4.5 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO

A apresentação de um índice de desenvolvimento serve para unir todos os resultados analisados em um único valor, isto é, o valor que reflete a mensuração das análises anuais da renda, trabalho, saúde e educação (FIRJAN,2020).

4.5.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é responsável por medir o nível de desenvolvimento em de uma localidade utilizando de três variáveis: acesso à educação, renda e faixa etária. Neste caso, o índice é relacionado aos municípios, e é chamado de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (ATLAS,2013). Ele possui cinco níveis de classificação, quanto mais perto de 1, maior é o desenvolvimento da região, e quanto mais próximo de 0, menor é o desenvolvimento. A região é considerada de muito baixo desenvolvimento quando o índice está entre 0 e 0,499, para ser classificada apenas de baixo desenvolvimento humano o valor precisa ficar entre 0,5 e 0,599. Quando o índice se encontra entre 0,6 e 0,699 é considerado de médio desenvolvimento humano e as classificações mais elevadas são quando o índice está entre 0,7 a 0,799, alto desenvolvimento humano, e 0,8 a 1, muito alto desenvolvimento humano.

Tabela 27 - Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano

Nível de Desenvolvimento Humano	Índice de Desenvolvimento Humano
Muito Baixo	0,000 a 0,499
Baixo	0,500 a 0,599
Médio	0,600 a 0,699
Alto	0,700 a 0,799
Muito Alto	0,800 a 1,000

Fonte: Porto Alegre (2020).

A Tabela 28 apresenta o IDH de Joinville nos três censos já realizados. Nesta tabela é possível ver detalhadamente a composição das variáveis. O índice que mostrou a maior evolução está relacionado à educação, e seu aumento foi superior à 100%. Essa melhora se deve principalmente pela porcentagem de pessoas de cinco a seis anos na escola. Em 1991 esse valor era de 23,46%, e em 2010 esse valor

chegou a 81,65%. O indicador de pessoas entre dezoito e vinte anos também teve uma alteração considerável, cresceu 39,87%. Os outros indicadores relacionados à educação mostraram um crescimento médio de 33,77% ao longo do período analisado. Apesar dos altos números de evolução, o índice de educação é classificado como alto desenvolvimento humano.

Os outros índices, como longevidade e renda, apresentaram um crescimento de 12,11% e 14,88%, respectivamente. O fator relacionado à saúde sempre foi o destaque no IDH de Joinville. A expectativa média de vida aumentou mais de 5 anos durante o período analisado, e é o único indicador do município que está classificado no nível máximo (desenvolvimento humano muito alto). O IDH referente à renda estava classificado como desenvolvimento médio até os anos 2000, quando passou a ser classificado como alto índice de desenvolvimento.

Joinville, obteve uma evolução de 38,29% nos últimos anos, recebendo destaque tanto a nível estadual, como a nacional. Em 2010 ficou na 21ª posição, entre os municípios brasileiros, e em 5ª entre os catarinenses. Para fins de comparação, o município com o melhor IDH do Brasil (São Caetano do Sul - SP), possui índice geral de 0,862, contra 0,809 do joinvilense.

Tabela 28 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Joinville nos anos de 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDH Educação	0,365	0,56	0,749
Pessoas de 5 a 6 anos na escola (%)	23,46	59,98	81,65
Pessoas de 11 a 13 anos no ensino regular ou com ensino fundamental completo (%)	57,82	75,58	91,6
Pessoas de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo (%)	37,58	57,92	74,72
Pessoas de 18 anos com ensino fundamental completo (%)	40,47	53,51	70,87
Pessoas de 18 a 20 anos com ensino médio completo (%)	20,12	36,77	59,99
IDH Longevidade	0,793	0,869	0,889
Esperança de vida ao nascer (anos)	72,58	77,14	78,34
IDH Renda	0,692	0,739	0,795
Renda per capita - paridade de compra relativa a 2010 (R\$)	592,18	796,17	1126,17
IDH Geral	0,585	0,711	0,809
Posição Ranking Nacional	66°	79°	21°
Posição Ranking Estadual	10°	10	4°

Fonte: ALTAS (2020).

Na Tabela 29 se observa o IDH catarinense nos três censos demográficos realizados, e é possível analisar que o estado sempre esteve na parte superior da lista. Em 1991, apenas os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal tinham índices superiores. Nas pesquisas seguintes o estado carioca perdeu sua vaga nas três primeiras posições para Santa Catarina. O município de Joinville sempre apresentou, em todos os itens divulgados, desde 1991, valores superiores ao do estado, mostrando ter excelente resultados em seus indicadores.

Tabela 29 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do estado de Santa Catarina e sua posição no Ranking Nacional anos de 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
IDH Educação	0,329	0,581	0,697
IDH Longevidade	0,753	0,786	0,86
IDH Renda	0,648	0,756	0,773
Ranking Nacional	4°	3°	3°

Fonte: ALTAS (2020).

CONCLUSÃO

Através do período analisado, referente à Joinville, se torna importante identificar o papel de cada elemento em determinada época. Acontecimentos como o processo de migração e criação da rede de apoio do governo alemão, que trouxe investimentos para o município, fizeram com que o comércio obtivesse papel fundamental no início da estrutura econômica local. Com a evolução do município, e com início da acumulação de capital, se deu início ao processo de abertura de pequenas fábricas.

Alavancada pelo processo nacional da era Juscelino Kubitschek, Joinville se solidificou através de suas indústrias e começou a chamar atenção de inúmeras pessoas do mundo, se tornando um dos maiores municípios da região sul do Brasil. Com isso, sofreu uma grande expansão demográfica durante o século XX. O desenvolvimento ao longo prazo não beneficiou apenas o município de Joinville, mas também a sua microrregião.

Analisando economicamente, o município não está em seu período mais próspero, apesar do crescimento considerável desde o início do século XXI. Seu ápice aconteceu em 2015, todavia, os dados sofreram declínio, e não retomaram aos valores apresentados anteriormente. Entretanto, Joinville ainda apresenta um papel de destaque, com o maior PIB do estado e o terceiro maior da região sul do Brasil.

Através da análise dos setores da economia, se observou que, o setor de serviço de Joinville apresentou a mesma tendência de crescimento que o brasileiro. Esse setor, ficou marcado no ano de 2012, pela posse da liderança do VAB de Joinville, deixando o setor industrial para trás. Contudo, a indústria ainda apresenta um papel fundamental na estrutura econômica joinvilense, através da relação de maior remuneração por empregador e maior número de trabalhadores por unidade local.

Com base nas análises feitas para o campo de educação e saúde de Joinville, foi possível observar que, ambas as áreas evoluíram consideravelmente no período analisado.

Avaliando o índice de desenvolvimento humano referente às áreas da saúde e educação, foi possível perceber que o mesmo apresentou um crescimento acentuado. Em contrapartida, o IDH de renda apontou valores menos convidativos. Já o IDH Geral joinvilense, mostrou sólida evolução, se tornando o 4º maior do estado e 21º do país.

Baseado nos dados apresentados, é possível perceber que, apesar das alterações em sua estrutura, e por não estar passando pelo seu melhor momento econômico, Joinville ainda possui um papel fundamental no crescimento do estado e dos municípios de sua microrregião. Isso se dá pelo fato de apresentar uma grande população, um setor industrial renomado, além de altos valores econômicos, de saúde e educação. Essa combinação faz com que Joinville seja um dos municípios mais atrativos do Brasil.

REFERÊNCIAS

ATLAS Brasil: **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em: 07 ago. 2020.

ATLAS Brasil: **Peril Santa Catarina**. Saúde. 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/uf/42#sec-saude>. Acesso em: 10 out. 2020

ATLAS Brasil: **Consulta Joinville IDH**. 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>. Acesso em: 10 out. 2020

BRASIL. Fabiana Pelles. Ministério da Educação (org.). **Mexicanos vêm ao Brasil para conhecer indicador de qualidade**. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/20336-mexicanos-vem-ao-brasil-para-conhecer-indicador-de-qualidade>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BRASIL. Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde - Siops. Ministério da Saúde (org.). **Indicadores Municipais**. 2019. Disponível em: <http://siops.datasus.gov.br/reindicadoresmun2.php?S=1&UF=42;&Municipio=420910;&Ano=2018&Periodo=1>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS. **População Residente – Estudo de Estimativa Populacionais por Município, Idade e Sexo 2000-2020**, 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?popsvs/cnv/popbr.def> Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS. **ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS – População de 15 anos ou mais por Ano segundo Escolaridade**, 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/escasc.def> Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS. **Taxa de Analfabetismo – População de 15 anos ou mais por Ano segundo Município**, 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfsc.def> Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2006-2017**. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CASTRO, Gilberto Riberto de. **SURGIMENTO DAS CIDADES**: Faculdade de Nova Serrana. Revista Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos, Nova Serrana, v. 7, n. 2, p. 177-194, 2018

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional. Porque algumas regiões se desenvolvem e outras não?** 1ed, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2010

DINIZ C.C. **Global-Local: Interdependências e Desigualdade ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil**. Estudos Temáticos nota técnica 9. CEDEPLAR/UFMG, parte do projeto Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, coordenado por CASSIOLATO J.E e LASTRES H.M.M. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000.

FICKER, C. **História de Joinville**: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca. Joinville: Ipiratinga, 1965.

FIRJAN: **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. 2020. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-1.htm>. Acesso em: 07 ago. 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213804/000728734.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 set. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.a., 2002.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

IBGE/SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Sistema de Recuperação Automática. Tabela 5938 – **Produto Interno Bruto dos Municípios**.2019.

IBGE/SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Sistema de Recuperação Automática. Tabela 3825 – **Esperança de vida ao nascer, por sexo**.2016.

IBGE/SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Sistema de Recuperação Automática. Tabela 5938 – **Produto Interno Bruto dos Municípios**.2019.

IBGE/SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Sistema de Recuperação Automática. Tabela 6450 – **Unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações, por seção, divisão, grupo e classe da classificação de atividades (CNAE 2.0)**.2019.

IBGE/SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Sistema de Recuperação Automática. Tabela 6579 – **População residente estimada**.2019.

IBGE/SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Sistema de Recuperação Automática. Tabela 7113 – **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade**.2016.

JOINVILLE. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE – SEPUD. (org.). **Joinville em dados 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp->

content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2017.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020

JOINVILLE. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE – SEPUD. (org.). **Joinville em dados 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/Joinville-Cidade-em-Dados-2018-Promo%C3%A7%C3%A3o-Econ%C3%B4mica.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020

JOINVILLE. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE – SEPUD. (org.). **Joinville em dados 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Joinville-Cidade-em-Dados-2019-Ambiente-Constru%C3%ADdo.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020

KLUG, Jonas Fernandes; LINS, Hoyêdo Nunes. **Mudanças macroeconômicas e estratégicas indústrias: um estado sobre as principais empresas de conexões de PVC de Joinville - Santa Catarina**

PESSOA, M. L. (Org.). PIB e VAB do RS. In: __. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: 7 de agosto de 2020.

PIRES, J. M. **Economia regional e urbana**. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. de. Manual de economia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
PORTO ALEGRE. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão . **Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul: Indicadores Sociais, 2020**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm> . Acesso em: 10 set. 2020

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano. **IDH - Joinville e Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha> . Acesso em: 20 set 2020.

SANTA CATARINA (org.). **Economia de Santa Catarina é rica e diversificada**. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/economia>. Acesso em: 20 out. 2020.
SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese**. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 1, n. 1, p. 45-71, jan. 2003. Semestral.

SOUZA, N.J. Desenvolvimento Econômico. In: SOUZA, N.J. **Desenvolvimento Econômico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul - Seplag/RS. **Nota Técnica sobre o Índice Setorial para Distanciamento Controlado**. 2020. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202005/07121607-nota-tecnica-sobre-o-indice-setorial-para-distanciamento-controlado-3-1.pdf> . Acesso em: 27 ago. 2020

ROCHA, I. O. **Industrialização de Joinville – SC: da gênese as exportações**. Florianópolis, 1997.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. 2. ed. Joinville: Meyer, 1986.

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. Joinville, 1993.

TERNES, Apolinário. **História de Joinville, uma abordagem crítica**. Joinville, 1984.